



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACIABA

ESTADO DE MINAS GERAIS

Rua Direita, nº 92, Centro - CEP 35.436-000 - CNPJ 19.382.647/0001-53

Tel.: (31)3893-5130 e-mail: contato@guaraciaba.mg.gov.br



TERMO DE REFERÊNCIA

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Constitui objeto do presente Termo de Referência o credenciamento de pessoas jurídicas especializadas na prestação de serviços de Fonoaudiologia, para realização de atendimentos especializados destinados aos usuários da rede municipal de saúde do Município de Guaraciaba/MG, especialmente àqueles que demandem avaliações, acompanhamentos terapêuticos e intervenções fonoaudiológicas relacionadas ao desenvolvimento da fala, linguagem, comunicação, audição e deglutição, incluindo, entre outros, pacientes com desenvolvimento atípico, conforme demanda da Secretaria Municipal de Saúde, observadas as condições, critérios e exigências estabelecidos neste instrumento.

	ESPECIFICAÇÕES	UNID.	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	Prestação de serviços especializados em Fonoaudiologia, por meio de atendimento individualizado, contemplando a realização de avaliações clínicas detalhadas, diagnósticos fonoaudiológicos, elaboração e execução de planos terapêuticos personalizados, intervenções terapêuticas específicas e acompanhamento contínuo da evolução dos pacientes.	Unidade (Sessão)	1440	R\$ 74,93	R\$107.889,20
VALOR MÁXIMO ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO: R\$107.889,20 (cento e sete mil oitocentos e noventa e nove reais e vinte centavos)					

Classificação do objeto quanto à natureza, essencialidade e continuidade do serviço

1.2. O objeto consiste no credenciamento de pessoas jurídicas especializadas na prestação de serviços de Fonoaudiologia, visando à realização de atendimentos especializados destinados aos usuários do Sistema Único de Saúde – SUS no âmbito da rede municipal de saúde do Município de Guaraciaba/MG, sendo classificado como **serviço comum**, uma vez que seus padrões de desempenho e qualidade podem ser definidos objetivamente por meio de especificações usuais de mercado, requisitos técnicos profissionais e parâmetros assistenciais amplamente reconhecidos, nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei nº 14.133/2021.

1.2.2. O presente procedimento enquadra-se na hipótese de credenciamento paralelo e não excludente, nos termos do art. 79, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, caracterizando-se pela possibilidade de contratação simultânea de todos os interessados que atendam às condições de habilitação e às exigências estabelecidas no edital, sem limitação de quantitativo de



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACIABA

ESTADO DE MINAS GERAIS

Rua Direita, nº 92, Centro - CEP 35.436-000 - CNPJ 19.382.647/0001-53

Tel.: (31)3893-5130 e-mail: contato@guaraciaba.mg.gov.br



credenciados e sem estabelecimento de exclusividade, permitindo à Administração Pública a formação de cadastro amplo de prestadores aptos à execução do objeto, conforme a necessidade e demanda da Secretaria Municipal de Saúde.

1.3. O serviço possui caráter essencial à Administração Pública, considerando sua vinculação direta à promoção, prevenção, recuperação e manutenção da saúde dos usuários atendidos pela rede municipal, especialmente daqueles que necessitam de acompanhamento especializado relacionado à fala, linguagem, comunicação, audição, motricidade orofacial e deglutição.

1.4. Os serviços de Fonoaudiologia possuem relevante função terapêutica e assistencial, sendo indispensáveis ao adequado desenvolvimento, reabilitação e acompanhamento clínico dos pacientes encaminhados pela rede pública de saúde, abrangendo, dentre outros casos, pacientes com transtornos do neurodesenvolvimento, atrasos de linguagem, alterações auditivas, distúrbios de comunicação, dificuldades de aprendizagem, síndromes, condições neurológicas e demais necessidades específicas.

1.5. A natureza da prestação caracteriza-se como serviço contínuo, tendo em vista que a demanda não decorre de necessidade isolada ou episódica, renovando-se de forma permanente em razão dos atendimentos recorrentes, dos acompanhamentos terapêuticos prolongados e da constante inserção de novos usuários encaminhados pelos serviços municipais de saúde.

1.6. A eventual interrupção, redução ou indisponibilidade dos serviços credenciados poderá comprometer significativamente o interesse público, ocasionando prejuízos à continuidade terapêutica dos pacientes, agravamento de quadros clínicos, aumento das filas de espera, atraso no desenvolvimento de usuários em acompanhamento e comprometimento da efetividade das políticas públicas de saúde.

1.7. A descontinuidade dos atendimentos especializados poderá impactar diretamente a organização e o planejamento das ações da Secretaria Municipal de Saúde, dificultando a adequada regulação dos encaminhamentos, a gestão da demanda reprimida e a garantia do acesso integral aos serviços assistenciais ofertados pelo Município.

1.8. Nesse contexto, a manutenção de cadastro ativo de prestadores credenciados mostra-se medida necessária para assegurar maior flexibilidade administrativa, ampliação do acesso aos serviços, capacidade de atendimento da demanda existente e continuidade da assistência especializada aos usuários do SUS.

Classificação do objeto quanto ao modelo de execução

1.9. O objeto será executado por meio de credenciamento de pessoas jurídicas especializadas na prestação de serviços de Fonoaudiologia, caracterizando-se como modelo de execução descentralizado, complementar e sob demanda, no qual múltiplos prestadores previamente habilitados poderão ser convocados pela Administração Municipal conforme a necessidade identificada pela Secretaria Municipal de Saúde, inexistindo garantia de quantitativo mínimo de atendimentos, exclusividade ou obrigação de contratação individualizada.

1.10. A execução dos serviços ocorrerá mediante encaminhamento formal realizado pela Secretaria Municipal de Saúde, observada a demanda existente na rede municipal de saúde, especialmente para usuários que necessitem de avaliações fonoaudiológicas, acompanhamentos terapêuticos, intervenções especializadas e demais procedimentos relacionados à fala, linguagem, comunicação, audição, motricidade orofacial e deglutição.

1.11. Os atendimentos serão realizados de forma individualizada, mediante agendamento e encaminhamento do paciente, observados os critérios técnicos estabelecidos pela Secretaria Municipal



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACIABA

ESTADO DE MINAS GERAIS

Rua Direita, nº 92, Centro - CEP 35.436-000 - CNPJ 19.382.647/0001-53

Tel.: (31)3893-5130 e-mail: contato@guaraciaba.mg.gov.br



de Saúde, a disponibilidade operacional dos prestadores credenciados e as necessidades específicas de cada usuário encaminhado, respeitando-se os fluxos internos da rede pública municipal.

1.12. A distribuição das demandas entre os credenciados observará critérios objetivos previamente definidos no instrumento convocatório, em observância aos princípios da isonomia, impessoalidade, eficiência e transparência, podendo considerar, dentre outros aspectos pertinentes, a disponibilidade do prestador, capacidade operacional, localização, organização das agendas, quantitativo de vagas disponibilizadas, especialidades eventualmente exigidas e demais critérios técnicos relacionados ao adequado atendimento do interesse público.

1.13. O modelo adotado possibilita maior flexibilidade administrativa e operacional, permitindo à Administração manter cadastro ativo e ampliado de prestadores aptos à execução do objeto, reduzindo riscos de descontinuidade assistencial, minimizando a formação de demanda reprimida e ampliando a capacidade de atendimento dos usuários da rede municipal de saúde.

1.14. Não haverá vínculo de exclusividade entre a Administração Municipal e os credenciados, podendo a Secretaria Municipal de Saúde realizar encaminhamentos conforme a necessidade administrativa e assistencial, observados os critérios de distribuição estabelecidos no edital e respeitados os princípios da igualdade de tratamento entre os interessados.

1.15. A remuneração dos serviços ocorrerá exclusivamente conforme os atendimentos efetivamente realizados e devidamente comprovados, observados os valores previamente fixados pela Administração Pública no edital e seus anexos, inexistindo direito adquirido à percepção de quantidade mínima de atendimentos, faturamento garantido ou manutenção de fluxo contínuo de encaminhamentos.

1.16. O credenciamento não gera expectativa de contratação obrigatória ou automática, constituindo mecanismo administrativo destinado à formação de cadastro de prestadores aptos à execução do objeto, sendo a efetiva utilização condicionada à necessidade pública, disponibilidade orçamentária e conveniência administrativa.

1.17. O modelo de credenciamento mostra-se o mais adequado à natureza do objeto, considerando a variabilidade das demandas assistenciais, a necessidade de ampliação do acesso aos serviços especializados, a possibilidade de existência de múltiplos prestadores aptos ao atendimento e a conveniência de manutenção de rede complementar de atendimento especializada, permitindo maior eficiência, economicidade e continuidade na prestação dos serviços públicos de saúde.

1.18. Ademais, a adoção do credenciamento favorece a ampliação do acesso da população aos serviços especializados, reduzindo tempo de espera para atendimento, proporcionando maior cobertura assistencial e fortalecendo a capacidade operacional do Município para atendimento das demandas da rede pública de saúde.

Prazo de vigência

1.19.. O credenciamento será instituído por meio de edital de chamamento público com vigência inicial de 12 (doze) meses, contados da data de sua publicação, podendo ser prorrogado sucessivamente, desde que mantido o interesse público, observadas as disposições da Lei nº 14.133/2021, a conveniência administrativa e a disponibilidade orçamentária.

1.20. Durante a vigência do edital de credenciamento, inclusive em suas eventuais prorrogações, permanecerá assegurada a possibilidade de ingresso de novos interessados que atendam às condições de habilitação e às exigências previstas no instrumento convocatório, mantendo-se o procedimento em caráter aberto para formação, atualização e ampliação do cadastro de pessoas jurídicas especializadas aptas à prestação dos serviços objeto deste Termo de Referência.



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACIABA

ESTADO DE MINAS GERAIS

Rua Direita, nº 92, Centro - CEP 35.436-000 - CNPJ 19.382.647/0001-53

Tel.: (31)3893-5130 e-mail: contato@guaraciaba.mg.gov.br



1.21. A manutenção do edital em caráter aberto não implica obrigação imediata de contratação por parte da Administração Pública, constituindo mecanismo administrativo destinado à formação de cadastro ativo de prestadores habilitados, cuja efetiva utilização observará a necessidade administrativa, a disponibilidade orçamentária e os critérios estabelecidos no edital.

1.22. O Termo de Credenciamento será formalizado após a conclusão da habilitação e terá vigência vinculada ao prazo de vigência do edital de chamamento público, permanecendo válido enquanto subsistirem as condições exigidas para credenciamento, o interesse da Administração e do credenciado, bem como a regularidade documental e técnica exigida.

1.23. Durante toda a vigência do Termo de Credenciamento, o credenciado deverá manter atualizadas as condições de habilitação jurídica, regularidade fiscal e trabalhista, qualificação técnica, registros profissionais, capacidade operacional e demais requisitos exigidos no edital, ficando sujeito às rotinas de fiscalização e atualização documental promovidas pela Administração.

1.24. A formalização do Termo de Credenciamento não gera direito subjetivo à contratação, à distribuição obrigatória de demandas, à garantia de quantitativo mínimo de atendimentos ou à celebração automática de instrumentos contratuais, permanecendo a efetiva utilização dos serviços condicionada às necessidades da Secretaria Municipal de Saúde.

1.25. Os contratos administrativos, instrumentos congêneres ou demais ajustes decorrentes do credenciamento possuirão vigência inicial de 12 (doze) meses, contados da respectiva assinatura, podendo ser prorrogados sucessivamente, desde que haja previsão no instrumento convocatório, interesse público devidamente justificado e atendimento aos requisitos legais aplicáveis.

1.26. A prorrogação dos instrumentos decorrentes do credenciamento ficará condicionada à manutenção das condições de habilitação, à adequada execução contratual, à permanência da necessidade administrativa, à disponibilidade orçamentária e à inexistência de impedimentos jurídicos ou técnicos que inviabilizem a continuidade do ajuste.

1.27. O encerramento da vigência contratual não implicará automaticamente o descredenciamento do prestador, desde que permaneçam preservadas as condições exigidas para manutenção no cadastro ativo de credenciados.

1.28. O término, suspensão, revogação ou encerramento do edital de credenciamento não prejudicará, por si só, os contratos regularmente celebrados e em execução, os quais permanecerão submetidos às cláusulas pactuadas e à legislação aplicável, ressalvadas as hipóteses legais de alteração, extinção, rescisão ou encerramento antecipado.

1.29. A Administração poderá, a qualquer tempo, revisar as condições do credenciamento, exigir atualização documental, promover adequações decorrentes de alterações normativas ou administrativas e adotar medidas necessárias à adequada gestão do procedimento, mediante justificativa formal e observância ao interesse público.

1.30. A modelagem adotada busca assegurar maior flexibilidade operacional, manutenção contínua de cadastro de prestadores habilitados, ampliação do acesso aos serviços especializados de Fonoaudiologia e fortalecimento da capacidade assistencial da rede municipal de saúde, observados os princípios da legalidade, eficiência, continuidade do serviço público e interesse público.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A fundamentação da presente contratação, bem como a estimativa dos quantitativos relacionados à prestação de serviços especializados de Fonoaudiologia, encontra-se devidamente detalhada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar – ETP, o qual integra o presente Termo de



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACIABA

ESTADO DE MINAS GERAIS

Rua Direita, nº 92, Centro - CEP 35.436-000 - CNPJ 19.382.647/0001-53

Tel.: (31)3893-5130 e-mail: contato@guaraciaba.mg.gov.br



Referência como apêndice, constituindo instrumento formal de planejamento da contratação, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

2.2. No referido Estudo Técnico Preliminar encontram-se consolidados os elementos que evidenciam a necessidade administrativa da contratação, incluindo a análise da demanda existente na rede municipal de saúde do Município de Guaraciaba/MG, a identificação da necessidade de ampliação da oferta de atendimentos especializados, a justificativa técnica para adoção do modelo de credenciamento e os parâmetros utilizados para dimensionamento dos quantitativos estimados.

2.3. A necessidade da contratação decorre da crescente demanda por atendimentos especializados em Fonoaudiologia no âmbito da rede pública municipal de saúde, especialmente para usuários que necessitam de avaliações clínicas, acompanhamentos terapêuticos, intervenções especializadas e demais procedimentos relacionados à fala, linguagem, comunicação, audição, motricidade orofacial, deglutição e condições correlatas.

2.4. Os serviços pretendidos abrangem o atendimento de pacientes encaminhados pela Secretaria Municipal de Saúde, incluindo, entre outros casos, usuários com atrasos no desenvolvimento da linguagem, transtornos do neurodesenvolvimento, alterações de fala, dificuldades de aprendizagem relacionadas à comunicação, alterações auditivas, condições neurológicas, síndromes, necessidades específicas e demais situações que demandem acompanhamento especializado contínuo.

2.5. A contratação justifica-se, ainda, pela necessidade de fortalecimento da capacidade assistencial da rede municipal de saúde, visando ampliar o acesso da população aos serviços especializados, reduzir demanda reprimida, minimizar filas de espera, garantir continuidade terapêutica aos usuários já assistidos e assegurar atendimento adequado às novas demandas encaminhadas pelos serviços municipais.

2.6. O Estudo Técnico Preliminar demonstra que o modelo de credenciamento se mostra o mais adequado à natureza da demanda, considerando a possibilidade de existência de múltiplos prestadores aptos à execução do objeto, a necessidade de manutenção de cadastro ativo de profissionais habilitados e a conveniência de ampliação da rede complementar de atendimento especializado.

2.7. O credenciamento permite maior flexibilidade administrativa e operacional, possibilitando a formação de cadastro amplo de prestadores habilitados para execução dos serviços conforme a necessidade da Administração, garantindo maior capacidade de resposta às demandas assistenciais existentes e futuras.

2.8. A interrupção ou insuficiência dos atendimentos especializados poderá ocasionar prejuízos à continuidade terapêutica dos usuários, comprometendo a evolução clínica, o desenvolvimento funcional dos pacientes e a efetividade das ações de saúde desenvolvidas pelo Município.

2.9. Dessa forma, o presente Termo de Referência encontra-se devidamente fundamentado em estudo técnico que evidencia a necessidade, adequação e vantajosidade da solução adotada, assegurando observância aos princípios do planejamento, eficiência, economicidade, continuidade do serviço público, integralidade da assistência à saúde e supremacia do interesse público.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar – ETP, apêndice integrante deste Termo de Referência, no qual foram analisadas as alternativas disponíveis, os aspectos técnicos, operacionais e assistenciais relacionados à necessidade administrativa identificada.

3.2. A solução adotada consiste no credenciamento de pessoas jurídicas especializadas na prestação de serviços de Fonoaudiologia, estruturado em modelo paralelo, não excludente, descentralizado e sob



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACIABA

ESTADO DE MINAS GERAIS

Rua Direita, nº 92, Centro - CEP 35.436-000 - CNPJ 19.382.647/0001-53

Tel.: (31)3893-5130 e-mail: contato@guaraciaba.mg.gov.br



demanda, destinado ao atendimento dos usuários do Sistema Único de Saúde – SUS no âmbito da rede municipal de saúde do Município de Guaraciaba/MG.

3.3. O credenciamento, enquanto procedimento auxiliar de contratação de natureza não competitiva, tem por finalidade a constituição de cadastro administrativo de interessados previamente habilitados, aptos à prestação dos serviços especializados conforme a demanda da Secretaria Municipal de Saúde, não gerando direito subjetivo à contratação, distribuição obrigatória de demandas ou garantia de quantitativos mínimos de atendimentos.

3.4. A adoção do modelo paralelo e não excludente permite a manutenção simultânea de múltiplos prestadores habilitados, ampliando a capacidade assistencial do Município, reduzindo riscos de descontinuidade dos serviços e proporcionando maior flexibilidade na gestão das demandas existentes e supervenientes.

3.5. A solução contempla a prestação descentralizada dos serviços especializados, os quais poderão ser executados em locais previamente definidos pela Secretaria Municipal de Saúde, observadas as necessidades administrativas, a organização da rede pública municipal e os fluxos assistenciais adotados.

3.6. A execução ocorrerá sob demanda, mediante encaminhamento formal dos usuários pela Secretaria Municipal de Saúde, conforme necessidade verificada, disponibilidade de vagas, critérios técnicos estabelecidos pela Administração e quantitativos estimados, não caracterizando dedicação exclusiva.

3.7. Os atendimentos compreenderão avaliações fonoaudiológicas, acompanhamentos terapêuticos, intervenções especializadas e demais procedimentos relacionados à fala, linguagem, comunicação, audição, motricidade orofacial, deglutição e condições correlatas, observadas as necessidades específicas de cada paciente.

3.8. O dimensionamento da solução considera a variabilidade das demandas assistenciais, o quantitativo estimado de usuários encaminhados, a existência de demanda reprimida, a necessidade de continuidade terapêutica e a possibilidade de inclusão de novos pacientes ao longo da execução contratual.

3.9. A necessidade da solução decorre da responsabilidade da Administração Pública em assegurar acesso integral às ações e serviços de saúde, garantindo atendimento especializado aos usuários encaminhados pela rede municipal e contribuindo para a efetividade das políticas públicas de saúde.

3.10. O modelo de credenciamento mostra-se adequado por permitir compatibilizar a variabilidade da demanda assistencial com a necessidade de ampliação do acesso aos serviços especializados, sem impor rigidez operacional incompatível com a dinâmica dos encaminhamentos realizados pela Secretaria Municipal de Saúde.

3.11. A solução contempla observância às diretrizes do Sistema Único de Saúde – SUS, às normas sanitárias aplicáveis, aos protocolos assistenciais pertinentes, às normas ético-profissionais da área de Fonoaudiologia e às orientações técnicas expedidas pela Secretaria Municipal de Saúde.

3.12. O ciclo de vida da solução compreenderá as etapas de publicação do edital de credenciamento, habilitação dos interessados, formalização dos termos de credenciamento, manutenção do cadastro ativo de prestadores habilitados, encaminhamento dos usuários, execução dos atendimentos, acompanhamento e fiscalização dos serviços, avaliação da execução contratual e eventual aplicação de medidas administrativas, sanções ou descredenciamento, quando cabíveis.

3.13. A solução adotada busca assegurar continuidade terapêutica aos pacientes, ampliação da cobertura assistencial, redução de demanda reprimida, maior capacidade operacional da rede pública municipal e melhoria na qualidade dos serviços especializados disponibilizados à população.



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACIABA

ESTADO DE MINAS GERAIS

Rua Direita, nº 92, Centro - CEP 35.436-000 - CNPJ 19.382.647/0001-53

Tel.: (31)3893-5130 e-mail: contato@guaraciaba.mg.gov.br



4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

4.1. Em observância aos princípios do desenvolvimento nacional sustentável previstos no art. 5º da Lei nº 14.133/2021, bem como às diretrizes do Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, a presente contratação deverá incorporar práticas compatíveis com a natureza dos serviços especializados de Fonoaudiologia a serem prestados, observadas as peculiaridades da atividade desenvolvida, não havendo exigências ambientais específicas diretamente relacionadas ao objeto, razão pela qual serão adotadas diretrizes gerais de sustentabilidade aplicáveis à execução dos serviços no âmbito do Município de Guaraciaba/MG.

4.2. Nesse contexto, as empresas credenciadas deverão observar, no que couber, as seguintes diretrizes:

4.2.1. Promover o uso racional dos recursos materiais utilizados durante a prestação dos serviços, evitando desperdícios e adotando medidas voltadas ao consumo consciente de materiais, insumos e demais recursos eventualmente empregados nos atendimentos.

4.2.2. Priorizar, sempre que possível e observadas as diretrizes da Administração, a utilização de registros, relatórios, encaminhamentos, evoluções clínicas, documentos administrativos e comunicações em formato digital, visando reduzir o consumo de papel e demais insumos físicos.

4.2.3. Adotar medidas de organização e gestão que contribuam para a utilização eficiente dos recursos disponíveis, observando critérios de economicidade, racionalização administrativa e redução de desperdícios.

4.2.4. Observar rigorosamente as normas sanitárias, técnicas e de biossegurança aplicáveis à prestação dos serviços, assegurando a adequada utilização dos equipamentos de proteção individual — EPIs, quando exigidos, bem como a adoção de medidas preventivas destinadas à proteção dos profissionais, usuários e demais envolvidos.

4.2.5. Adotar procedimentos compatíveis com as diretrizes de segurança da informação, confidencialidade e proteção de dados pessoais eventualmente tratados durante a execução dos serviços, observando as disposições da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD, especialmente em relação aos registros clínicos, prontuários e demais informações sensíveis dos usuários.

4.2.6. Atuar em conformidade com as normas éticas, técnicas e regulamentares aplicáveis à atividade profissional de Fonoaudiologia, observando as diretrizes expedidas pelos órgãos competentes, protocolos assistenciais e orientações da Secretaria Municipal de Saúde.

4.2.7. Incentivar a capacitação e atualização contínua dos profissionais envolvidos na execução dos serviços, especialmente quanto a protocolos assistenciais, práticas de atendimento humanizado, segurança do paciente, proteção de dados, acessibilidade e boas práticas relacionadas à prestação dos serviços especializados.

4.2.8. Adotar, sempre que possível, medidas de organização dos atendimentos e planejamento operacional que contribuam para maior eficiência na prestação dos serviços, evitando deslocamentos desnecessários e favorecendo melhor utilização dos recursos disponíveis.

4.3. A adoção das práticas acima descritas busca promover a utilização eficiente dos recursos públicos, a melhoria da qualidade dos serviços prestados, a redução de desperdícios, a segurança dos usuários atendidos e a conformidade com a legislação aplicável.



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACIABA

ESTADO DE MINAS GERAIS

Rua Direita, nº 92, Centro - CEP 35.436-000 - CNPJ 19.382.647/0001-53

Tel.: (31)3893-5130 e-mail: contato@guaraciaba.mg.gov.br



4.4. A inobservância das diretrizes previstas poderá comprometer a adequada execução dos serviços, gerar riscos administrativos, sanitários e assistenciais, bem como ensejar a adoção das medidas contratuais e administrativas cabíveis, nos termos da legislação aplicável e das disposições constantes no edital e instrumentos decorrentes.

Indicação de marcas ou modelos

4.5. Considerando a natureza do objeto, consistente no credenciamento de pessoas jurídicas especializadas na prestação de serviços de Fonoaudiologia destinados aos usuários do Sistema Único de Saúde – SUS no âmbito da rede municipal de saúde do Município de Guaraciaba/MG, não se aplica a indicação de marcas, modelos ou especificações típicas de bens, uma vez que a presente contratação não possui como finalidade o fornecimento de produtos, materiais ou equipamentos específicos, mas sim a prestação de serviços técnicos especializados executados por profissionais devidamente habilitados, em conformidade com os requisitos técnicos, assistenciais e legais estabelecidos neste Termo de Referência e na legislação aplicável.

4.6. Ressalta-se que eventuais materiais, instrumentos, recursos terapêuticos, equipamentos de apoio, ferramentas de avaliação, testes, instrumentos padronizados ou demais recursos eventualmente utilizados durante a execução dos serviços deverão observar padrões mínimos de qualidade, segurança, adequação técnica e regularidade, atendendo às normas sanitárias, técnicas e regulamentares aplicáveis, especialmente aquelas expedidas pelos órgãos competentes, sem qualquer direcionamento a marcas, fabricantes ou modelos específicos, em observância ao disposto no art. 41 da Lei nº 14.133/2021, aos princípios da isonomia, impessoalidade, ampla competitividade e vedação à restrição indevida da competição.

Da vedação de utilização de marca/produto na execução do serviço

4.7. Considerando a natureza do objeto, não se aplica vedação específica relacionada à utilização de marcas ou produtos determinados, tendo em vista que a contratação não envolve aquisição de bens ou fornecimento de itens padronizados. Todavia, eventual utilização de materiais, instrumentos, recursos terapêuticos ou equipamentos empregados na execução dos serviços deverá observar critérios de qualidade, segurança, adequação técnica e conformidade normativa, vedada a utilização de recursos inadequados, irregulares ou incompatíveis com as finalidades assistenciais pretendidas.

4.7.1. Fica vedada a exigência, indicação ou adoção de marca, fabricante, modelo, procedência ou característica exclusiva capaz de restringir indevidamente a participação de interessados, salvo hipóteses excepcionalmente justificadas nos termos da legislação vigente.

Subcontratação

4.8. Não será admitida a subcontratação integral do objeto contratual, considerando a natureza especializada dos serviços de Fonoaudiologia e a necessidade de manutenção do controle técnico, operacional e da responsabilidade direta do credenciado perante a Administração Municipal e os usuários atendidos.

4.8.1. Excepcionalmente, poderá ser admitida a subcontratação parcial de atividades acessórias, instrumentais ou de apoio que não integrem o núcleo essencial do objeto contratado, desde que previamente autorizada pela Administração, não implique transferência da responsabilidade técnica da execução dos serviços e não comprometa a qualidade, continuidade, segurança ou regularidade da prestação.

4.8.2. Em qualquer hipótese, a responsabilidade integral pela execução dos serviços permanecerá exclusivamente com a credenciada, inclusive quanto aos aspectos técnicos,



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACIABA

ESTADO DE MINAS GERAIS

Rua Direita, nº 92, Centro - CEP 35.436-000 - CNPJ 19.382.647/0001-53

Tel.: (31)3893-5130 e-mail: contato@guaraciaba.mg.gov.br



operacionais, trabalhistas, previdenciários, civis e demais obrigações decorrentes da contratação.

Garantia da contratação

4.9. Não será exigida a garantia da contratação prevista nos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/2021, considerando a natureza do objeto, consistente no credenciamento de pessoas jurídicas especializadas na prestação de serviços de Fonoaudiologia destinados aos usuários do Sistema Único de Saúde – SUS no âmbito da rede municipal de saúde do Município de Guaraciaba/MG.

4.10. A não exigência de garantia mostra-se adequada diante das características da contratação, considerando tratar-se de prestação de serviços especializados executados sob demanda, sem fornecimento de bens de elevado vulto, dedicação exclusiva de mão de obra, complexidade operacional extraordinária ou riscos que justifiquem a imposição da medida.

4.11. A Administração manterá mecanismos próprios de acompanhamento, fiscalização e controle da execução contratual, incluindo verificação da regularidade documental, acompanhamento dos serviços executados, avaliação do cumprimento das obrigações assumidas e aplicação das medidas administrativas cabíveis em caso de descumprimento contratual.

Vistoria

4.12. As condições de execução dos serviços encontram-se suficientemente descritas no presente Termo de Referência e no edital de credenciamento, especialmente quanto à natureza dos atendimentos especializados em Fonoaudiologia, forma de encaminhamento dos usuários, critérios de execução, responsabilidades dos credenciados, requisitos técnicos exigidos e demais condições aplicáveis à prestação dos serviços, sendo tais elementos suficientes para que os interessados avaliem sua capacidade técnica, operacional e disponibilidade para atendimento das demandas da Secretaria Municipal de Saúde.

4.13. Não será exigida vistoria prévia obrigatória, tendo em vista que os serviços objeto da presente contratação serão executados de forma descentralizada e conforme a dinâmica administrativa adotada pela Secretaria Municipal de Saúde, inexistindo local único, complexo ou circunstância específica cuja visita prévia se mostre indispensável à formulação da proposta ou participação no credenciamento.

4.14. Considerando a natureza dos serviços especializados de Fonoaudiologia, bem como a possibilidade de execução em ambientes previamente definidos pela Administração, a exigência de vistoria obrigatória não se mostra necessária para adequada compreensão das condições de execução do objeto, não comprometendo a avaliação técnica, operacional ou assistencial por parte dos interessados.

4.15. Facultativamente, os interessados poderão solicitar informações complementares, esclarecimentos ou orientações adicionais junto à Administração Municipal acerca das condições gerais de execução dos serviços, fluxos de encaminhamento, quantitativos estimados, locais de atendimento e demais informações pertinentes, não constituindo tal providência requisito de habilitação ou condição obrigatória para participação no procedimento de credenciamento.

4.16. Eventual ausência de solicitação de esclarecimentos adicionais por parte dos interessados implicará presunção de pleno conhecimento das condições previstas no edital, seus anexos e neste Termo de Referência, não podendo ser alegado posteriormente desconhecimento das regras, condições ou requisitos estabelecidos para execução do objeto.

Enquadramento como contratação exclusiva para ME e EPP



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACIABA

ESTADO DE MINAS GERAIS

Rua Direita, nº 92, Centro - CEP 35.436-000 - CNPJ 19.382.647/0001-53

Tel.: (31)3893-5130 e-mail: contato@guaraciaba.mg.gov.br



4.17.. Nos termos dos arts. 47 e 48 da Lei Complementar nº 123/2006, a Administração Pública poderá estabelecer tratamento diferenciado e favorecido às microempresas e empresas de pequeno porte, com vistas à promoção do desenvolvimento econômico e social no âmbito local e regional, bem como à ampliação da competitividade e ao incentivo à formalização de pequenos negócios.

4.18. Todavia, considerando que o objeto consiste em procedimento de credenciamento, de natureza não competitiva e não excludente, no qual é admitida a participação de todos os interessados que atendam às condições de habilitação estabelecidas no edital, não se mostra juridicamente adequada a restrição de participação exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte.

4.19. Isso porque o credenciamento tem por finalidade a formação de cadastro amplo de prestadores aptos, sendo incompatível com a limitação subjetiva de participantes, sob pena de afronta aos princípios da isonomia, da eficiência e da ampliação do acesso às contratações públicas.

4.20. Não obstante, será assegurado às microempresas e empresas de pequeno porte o tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123/2006, no que couber, especialmente quanto à regularização fiscal tardia, nos termos do art. 43, bem como demais benefícios legalmente aplicáveis, desde que compatíveis com a natureza do procedimento.

4.21. Dessa forma, o presente credenciamento não será destinado de forma exclusiva à participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sem prejuízo da observância das prerrogativas legais conferidas a esse segmento, garantindo-se, simultaneamente, a ampliação da competitividade e a formação de cadastro diversificado de prestadores aptos ao atendimento das demandas da Administração.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de execução

5.1. A execução do objeto dar-se-á mediante credenciamento de pessoas jurídicas especializadas na prestação de serviços de Fonoaudiologia, em modelo paralelo, não excludente e sob demanda, nos termos do art. 79, inciso I, da Lei nº 14.133/2021.

5.2. A prestação dos serviços dependerá de convocação formal realizada pela Secretaria Municipal de Saúde, conforme a necessidade administrativa verificada, observadas a demanda existente, os quantitativos necessários, a disponibilidade dos credenciados e os critérios objetivos estabelecidos neste Termo de Referência, no edital e nos instrumentos dele decorrentes.

5.2.1. A execução dos serviços ocorrerá mediante encaminhamento formal dos usuários pela Secretaria Municipal de Saúde, observados os fluxos internos da rede municipal, critérios técnicos de regulação, disponibilidade de vagas, quantitativos estimados, necessidade de continuidade terapêutica e demais diretrizes assistenciais adotadas pela Administração, podendo compreender avaliações fonoaudiológicas, acompanhamentos terapêuticos, intervenções especializadas e demais procedimentos relacionados à fala, linguagem, comunicação, audição, motricidade orofacial, deglutição e condições correlatas.

5.3. A distribuição das demandas entre as credenciadas observará sistema de rodízio, estruturado de forma objetiva, impessoal, transparente e previamente definida, visando assegurar tratamento isonômico entre os participantes, vedado qualquer favorecimento indevido.

5.4. A ordem inicial do rodízio será definida mediante sorteio público entre as credenciadas aptas, observados os princípios da publicidade, impessoalidade, transparência, igualdade entre os participantes e interesse público.



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACIABA

ESTADO DE MINAS GERAIS

Rua Direita, nº 92, Centro - CEP 35.436-000 - CNPJ 19.382.647/0001-53

Tel.: (31)3893-5130 e-mail: contato@guaraciaba.mg.gov.br



5.5. O sorteio público poderá ocorrer em sessão presencial, virtual ou por outro meio oficialmente adotado pela Administração que assegure publicidade, rastreabilidade, registro formal e transparência dos atos praticados, devendo sua realização ser devidamente registrada nos autos do processo administrativo.

5.5.1. A convocação para participação no sorteio público será realizada mediante publicação no sítio eletrônico oficial do Município, Portal da Transparência, Diário Oficial ou outro meio oficialmente utilizado pela Administração, bem como por comunicação aos credenciados por meio eletrônico, quando possível, observados os princípios da publicidade e ampla ciência dos interessados.

5.5.2. A divulgação da data, horário, local ou plataforma de realização do sorteio deverá ocorrer com antecedência mínima de 03 (três) dias úteis, ressalvadas situações excepcionais devidamente justificadas pela Administração.

5.5.3. A ausência de comparecimento do credenciado regularmente convocado para o sorteio não impedirá sua participação, desde que possua credenciamento ativo e atenda às condições exigidas, hipótese em que permanecerá automaticamente incluído no procedimento.

5.5.4. Após a realização do sorteio, a ordem inicial de classificação para composição do rodízio será formalizada e divulgada pela Administração, assegurando publicidade aos resultados e possibilidade de consulta pelos credenciados.

5.5.5. A ordem do rodízio permanecerá vigente até a realização de novo sorteio, o qual poderá ocorrer em razão do ingresso de novos credenciados, descredenciamento, suspensão de participantes ou necessidade administrativa devidamente justificada.

5.5.6. Na hipótese de ingresso de novos credenciados após a realização do sorteio inicial, a Administração poderá promover sorteio complementar ou adotar mecanismo objetivo previamente definido no edital para inclusão dos novos participantes na fila do rodízio, assegurando tratamento isonômico entre todos os credenciados.

5.6. O resultado do sorteio gerará a ordem classificatória inicial do rodízio, observada sequência contínua entre todas as credenciadas habilitadas.

5.7. Para fins de participação no sorteio e permanência na fila de rodízio, serão consideradas aptas as credenciadas que:

- a) mantenham regularidade jurídica, fiscal, trabalhista e técnico-profissional;
- b) permaneçam com credenciamento ativo;
- c) possuam capacidade operacional compatível com a demanda;
- d) disponham de profissional(is) habilitado(s) à execução dos serviços;
- e) possuam disponibilidade para inclusão de novos atendimentos;
- f) não estejam suspensas, impedidas ou em situação que inviabilize a execução do objeto.

5.7.1: Todas as convocações realizadas pela Secretaria requisitante no âmbito do sistema de rodízio deverão ser formalmente registradas nos autos do processo administrativo ou em sistema eletrônico oficialmente adotado pela Administração, assegurando rastreabilidade, publicidade interna, transparência e controle dos atos praticados.

5.7.2: O registro das convocações deverá conter, sempre que possível, no mínimo: a identificação da credenciada convocada; a data e horário da convocação; o meio de comunicação utilizado; a



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACIABA

ESTADO DE MINAS GERAIS

Rua Direita, nº 92, Centro - CEP 35.436-000 - CNPJ 19.382.647/0001-53

Tel.: (31)3893-5130 e-mail: contato@guaraciaba.mg.gov.br



identificação da demanda; a especialidade ou serviço solicitado; o prazo concedido para manifestação; e a resposta apresentada pela credenciada.

5.7.3: A Administração manterá sistema de controle das recusas, ausências de resposta, indisponibilidades operacionais e demais ocorrências relacionadas à execução do rodízio, mediante registros individualizados por credenciada, permitindo acompanhamento contínuo da regularidade, disponibilidade e desempenho operacional das participantes credenciadas.

5.7.4: Para fins deste credenciamento, considerar-se-á “recusa reiterada” a ocorrência de:

- a) 03 (três) recusas injustificadas consecutivas; ou
- b) 05 (cinco) recusas injustificadas alternadas, verificadas no período de 12 (doze) meses contados da primeira ocorrência registrada pela Administração.

5.7.5: Caracterizada hipótese de recusa reiterada, a Administração poderá instaurar procedimento administrativo destinado à reavaliação da permanência da credenciada no credenciamento, podendo aplicar as medidas administrativas cabíveis previstas no edital, no contrato e na legislação aplicável, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

5.7.6: Não serão consideradas recusas injustificadas as hipóteses devidamente comprovadas de:

- a) indisponibilidade operacional temporária;
- b) afastamento legal do profissional indicado;
- c) caso fortuito ou força maior;
- d) incompatibilidade técnica superveniente;
- e) insuficiência momentânea de equipe;
- f) impossibilidade material devidamente justificada; ou
- g) outras situações excepcionais aceitas motivadamente pela Administração.

5.7.7: Excepcionalmente, a Administração poderá flexibilizar a ordem do rodízio administrativo quando a medida se mostrar necessária para assegurar:

- a) a continuidade terapêutica do paciente;
- b) a manutenção do vínculo assistencial já estabelecido;
- c) a preservação da estratégia terapêutica em curso;
- d) a adequação técnica do atendimento às peculiaridades clínicas, operacionais ou assistenciais da demanda;
- e) a continuidade e eficiência do serviço público; ou
- f) outras situações devidamente justificadas pelo setor técnico competente.

5.7.8: Nas hipóteses de flexibilização da ordem do rodízio, deverá ser formalizada justificativa técnica específica nos autos do processo administrativo, contendo a motivação da medida adotada, a identificação da situação excepcional e a demonstração de compatibilidade com os princípios da impessoalidade, eficiência, razoabilidade e interesse público.

5.7.9: Todas as ocorrências relacionadas ao funcionamento do rodízio administrativo, inclusive convocações, recusas, indisponibilidades, reposicionamentos, exceções operacionais e justificativas técnicas, deverão permanecer formalmente documentadas nos autos do procedimento ou em sistema eletrônico de controle, assegurando transparência, rastreabilidade, controle administrativo e fiscalização pelos órgãos competentes.

5.8. Após a definição da ordem inicial do rodízio, a fila de convocação permanecerá vigente durante a execução do credenciamento, observando-se a ordem sequencial estabelecida e os critérios previstos neste Termo de Referência.



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACIABA

ESTADO DE MINAS GERAIS

Rua Direita, nº 92, Centro - CEP 35.436-000 - CNPJ 19.382.647/0001-53

Tel.: (31)3893-5130 e-mail: contato@guaraciaba.mg.gov.br



5.9. A credenciada convocada e que aceitar a demanda será automaticamente reposicionada ao final da fila do rodízio, assegurando-se alternância equilibrada e distribuição isonômica entre os participantes habilitados.

5.10. Na hipótese de impossibilidade temporária devidamente justificada, indisponibilidade operacional comprovada, ausência temporária de profissional habilitado, caso fortuito ou força maior, a credenciada permanecerá em sua posição originária na fila, sendo convocada a próxima colocada.

5.10.1. O ingresso de novas credenciadas após a realização do sorteio inicial não implicará alteração automática da ordem vigente, podendo a Administração promover sorteio complementar ou procedimento específico para inserção dos novos participantes na fila do rodízio, observados critérios objetivos e tratamento isonômico.

5.10.2. A ordem do rodízio poderá ser revista pela Administração em caso de ingresso de novos credenciados, descredenciamento, suspensão, alteração relevante do cadastro ativo ou necessidade administrativa devidamente justificada.

5.10.3. A credenciada deverá manter atualizados seus dados cadastrais, contatos e informações relativas à capacidade operacional, sob pena de responsabilização decorrente da impossibilidade de recebimento das comunicações e convocações realizadas pela Administração.

5.11. Definida a ordem classificatória inicial do rodízio, a Secretaria Municipal de Saúde realizará as convocações conforme a necessidade administrativa, observando rigorosamente a sequência estabelecida, ressalvadas as hipóteses excepcionais previstas neste Termo de Referência.

5.11.1. As convocações ocorrerão de forma sucessiva, iniciando-se pela primeira credenciada constante da fila do rodízio e prosseguindo-se sequencialmente até atendimento integral da demanda administrativa existente.

5.11.2. Verificada a necessidade de atendimento simultâneo, quantitativos superiores à capacidade operacional de uma única credenciada ou impossibilidade de atendimento integral da demanda, a Administração poderá convocar credenciadas subsequentes até o completo atendimento da necessidade existente.

5.11.3. A convocação deverá ocorrer, preferencialmente, com antecedência mínima de 03 (três) dias úteis, ressalvadas situações excepcionais devidamente justificadas nos autos.

5.11.4. A convocação será formalizada por meio idôneo de comunicação, inclusive correspondência eletrônica, aplicativo institucional, mensagem oficial, ofício, ordem de serviço ou outro meio oficialmente adotado pela Administração, desde que permita identificação da demanda, registro do envio e comprovação de ciência.

5.11.5. O ato convocatório deverá conter, no mínimo:

- a) identificação da demanda;
- b) quantitativo estimado de usuários;
- c) local de execução dos serviços;
- d) data prevista de início;
- e) período estimado de execução;
- f) quantitativo estimado de vagas ou atendimentos;
- g) orientações operacionais necessárias;
- h) prazo para manifestação da credenciada;
- i) identificação do servidor responsável pela interlocução administrativa.



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACIABA

ESTADO DE MINAS GERAIS

Rua Direita, nº 92, Centro - CEP 35.436-000 - CNPJ 19.382.647/0001-53

Tel.: (31)3893-5130 e-mail: contato@guaraciaba.mg.gov.br



5.12. Recebida a convocação, a credenciada deverá manifestar-se formalmente no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, contadas do envio da comunicação pela Administração, informando aceite, impossibilidade justificada, indisponibilidade temporária ou possibilidade parcial de atendimento da demanda.

5.12.1. Na hipótese de aceite integral da demanda, a credenciada assumirá a obrigação de cumprir integralmente as condições estabelecidas no ato convocatório e será automaticamente reposicionada ao final da fila do rodízio.

5.12.2. Na hipótese de atendimento parcial, a Administração poderá manter a credenciada para execução da parcela aceita e convocar as credenciadas subsequentes para complementação do quantitativo remanescente.

5.12.3. Em caso de impossibilidade temporária devidamente justificada, indisponibilidade operacional comprovada, ausência temporária de profissional habilitado, caso fortuito ou força maior, a credenciada permanecerá em sua posição originária na fila, sendo convocada a próxima colocada.

5.12.4. A ausência de manifestação dentro do prazo estabelecido será interpretada como indisponibilidade para atendimento daquela demanda específica.

5.12.5. Na hipótese de ausência de resposta, recusa injustificada ou desistência posterior ao aceite sem justificativa aceita pela Administração, a credenciada será reposicionada ao final da fila de rodízio, sem prejuízo do registro administrativo da ocorrência.

5.12.6. Considera-se recusa injustificada a negativa sem fundamento idôneo, omissão reiterada, ausência de resposta no prazo fixado ou desistência posterior sem justificativa aceita pela Administração.

5.13. O aceite da convocação implicará obrigação de cumprimento integral das condições estabelecidas pela Administração.

5.14. Confirmado o aceite da demanda, a credenciada será automaticamente reposicionada ao final da fila de rodízio, assegurando alternância equilibrada entre os participantes.

5.15. Em caso de impossibilidade temporária devidamente justificada, indisponibilidade comprovada de agenda, ausência temporária de profissional habilitado, caso fortuito ou força maior, a credenciada permanecerá em sua posição originária na fila do rodízio, sendo convocada a próxima colocada.

5.16. A ausência de manifestação dentro do prazo estabelecido será interpretada como indisponibilidade para atendimento da demanda específica.

5.17. Na hipótese de ausência de resposta, recusa injustificada ou desistência posterior ao aceite sem justificativa aceita pela Administração, a credenciada será reposicionada ao final da fila de rodízio, sem prejuízo do registro administrativo da ocorrência.

5.18. Considera-se recusa injustificada a negativa sem fundamento idôneo, a omissão reiterada, a não resposta no prazo fixado ou a desistência posterior sem justificativa aceita pela Administração.

5.19. Verificada a impossibilidade total de atendimento pela credenciada convocada, será imediatamente convocada a próxima credenciada constante da ordem do rodízio.

5.20. Havendo possibilidade de atendimento parcial da demanda, a Administração poderá convocar credenciadas subsequentes para complementação do quantitativo necessário.

5.21. A Administração poderá convocar simultaneamente mais de uma credenciada quando a demanda assistencial exigir ampliação da capacidade de atendimento.



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACIABA

ESTADO DE MINAS GERAIS

Rua Direita, nº 92, Centro - CEP 35.436-000 - CNPJ 19.382.647/0001-53

Tel.: (31)3893-5130 e-mail: contato@guaraciaba.mg.gov.br



5.22. Excepcionalmente, mediante justificativa técnica expressa e formalmente motivada, a Administração poderá afastar a ordem ordinária do rodízio quando necessário para preservação da continuidade terapêutica do paciente, manutenção do vínculo assistencial estabelecido, especificidade técnica do atendimento, faixa etária atendida, especialidade necessária ou outra circunstância assistencial relevante.

5.23. A utilização dos critérios excepcionais deverá ser formalmente justificada e registrada nos autos, vedado favorecimento indevido entre os credenciados.

5.24. Os serviços serão executados mediante encaminhamento formal realizado pela Secretaria Municipal de Saúde, observados os fluxos internos adotados pela rede municipal de saúde.

5.24.1. Os encaminhamentos realizados pela Secretaria Municipal de Saúde observarão os critérios objetivos estabelecidos neste Termo de Referência, especialmente a sistemática de rodízio entre credenciados e demais fluxos assistenciais adotados pela rede municipal.

5.24.2. Excepcionalmente, poderão ser adotados critérios complementares relacionados à continuidade terapêutica do usuário, especificidade clínica da demanda, necessidade assistencial devidamente identificada ou peculiaridades do caso concreto.

5.24.3. A utilização dos critérios excepcionais previstos no item anterior somente poderá ocorrer mediante justificativa técnica expressa, formalmente registrada nos autos, vedada sua utilização de forma subjetiva, arbitrária, discricionária ou incompatível com os princípios da impessoalidade, isonomia, publicidade e igualdade entre os credenciados.

5.24.4. Considerando a natureza do objeto, a necessidade de preservação da qualidade assistencial e os princípios da integralidade do cuidado no âmbito do Sistema Único de Saúde – SUS, excepcionalmente poderá ser preservada a continuidade do acompanhamento por profissional previamente vinculado ao usuário, quando houver acompanhamento terapêutico regular em andamento e desde que a substituição possa ocasionar prejuízo técnico relevante ao desenvolvimento, evolução clínica ou vínculo terapêutico estabelecido.

5.24.5. A manutenção excepcional prevista no item anterior dependerá de justificativa técnica formal emitida pela Secretaria Municipal de Saúde ou profissional responsável, devidamente registrada nos autos, devendo demonstrar objetivamente a necessidade da medida, vedada sua utilização como mecanismo de favorecimento, preferência indevida ou afastamento arbitrário da sistemática ordinária de rodízio.

5.24.6. Encerrada a circunstância excepcional que justificou a manutenção da continuidade terapêutica, os encaminhamentos subsequentes retornarão à sistemática ordinária de distribuição das demandas prevista neste Termo de Referência.

5.25. Todas as convocações, aceites, recusas, reposicionamentos, indisponibilidades, atendimentos parciais e demais ocorrências relacionadas à distribuição das demandas deverão ser formalmente registradas nos autos, assegurando rastreabilidade, transparência e controle administrativo.

5.26. Confirmada a convocação e formalizado o aceite da demanda, a credenciada ficará obrigada ao cumprimento integral das condições estabelecidas pela Administração, observados os quantitativos, cronogramas, horários, períodos de atendimento e demais orientações operacionais constantes no ato convocatório.

5.27. A credenciada deverá apresentar à Administração, previamente ao início da execução dos serviços, a identificação dos profissionais que realizarão os atendimentos, acompanhada da documentação comprobatória da habilitação profissional, registro ativo junto ao Conselho Regional de Fonoaudiologia competente e demais documentos eventualmente exigidos pela Administração.



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACIABA

ESTADO DE MINAS GERAIS

Rua Direita, nº 92, Centro - CEP 35.436-000 - CNPJ 19.382.647/0001-53

Tel.: (31)3893-5130 e-mail: contato@guaraciaba.mg.gov.br



5.28. A substituição dos profissionais inicialmente indicados somente poderá ocorrer mediante comunicação prévia à Administração, devendo ser garantida a manutenção da qualificação técnica exigida, regularidade profissional e continuidade assistencial dos usuários.

5.29. Os profissionais indicados deverão comparecer nos locais, dias, horários e períodos previamente estabelecidos pela Secretaria Municipal de Saúde, observando pontualidade, regularidade e continuidade na prestação dos serviços.

5.30. A credenciada deverá assegurar a adequada execução dos atendimentos, responsabilizando-se integralmente pelos atos praticados pelos profissionais disponibilizados, inclusive quanto aos aspectos técnicos, éticos, administrativos, trabalhistas e legais decorrentes da prestação dos serviços.

5.31. Caberá à Administração disponibilizar, quando aplicável, os espaços físicos destinados à realização dos atendimentos, bem como fornecer informações, fluxos internos, orientações administrativas e demais elementos necessários à adequada execução dos serviços.

5.32. Caberá à credenciada disponibilizar profissionais devidamente habilitados, recursos humanos necessários à execução do objeto, materiais de uso pessoal do profissional eventualmente exigidos, além de observar as normas técnicas e operacionais aplicáveis.

5.33. Os atendimentos deverão observar o plano terapêutico individual, critérios clínicos, periodicidade definida pelo profissional responsável e diretrizes estabelecidas pela Secretaria Municipal de Saúde.

5.34. Os atendimentos compreenderão avaliações fonoaudiológicas, triagens, acompanhamentos terapêuticos, intervenções especializadas, reavaliações e demais procedimentos relacionados à fala, linguagem, comunicação, audição, motricidade orofacial, deglutição e condições correlatas.

5.35. A periodicidade, frequência e duração dos atendimentos serão definidas conforme critérios clínicos, avaliação profissional, protocolos assistenciais, disponibilidade da rede municipal e orientações da Secretaria Municipal de Saúde, observadas as necessidades individuais dos usuários.

5.36. Sempre que tecnicamente recomendável, deverá ser preservada a continuidade terapêutica do paciente, evitando substituições frequentes de profissionais que possam comprometer a evolução clínica, o vínculo terapêutico e a efetividade do tratamento.

5.37. Os atendimentos deverão observar protocolos técnicos, normas sanitárias, normas ético-profissionais, diretrizes do Sistema Único de Saúde – SUS e orientações expedidas pela Secretaria Municipal de Saúde.

5.37.1. Em caso de impossibilidade de comparecimento do profissional previamente indicado, a credenciada deverá comunicar imediatamente à Administração e providenciar substituição por profissional com qualificação equivalente, desde que previamente autorizada e sem prejuízo à continuidade assistencial dos usuários.

5.37.2. Ausências injustificadas, atrasos reiterados ou interrupções indevidas dos atendimentos poderão ser registrados para fins de fiscalização contratual e adoção das medidas administrativas cabíveis.

5.37.3. A credenciada será integralmente responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, civis, comerciais e demais obrigações decorrentes da atuação dos profissionais disponibilizados, inexistindo vínculo empregatício entre estes e a Administração Municipal.



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACIABA

ESTADO DE MINAS GERAIS

Rua Direita, nº 92, Centro - CEP 35.436-000 - CNPJ 19.382.647/0001-53

Tel.: (31)3893-5130 e-mail: contato@guaraciaba.mg.gov.br



5.37.4. Os profissionais deverão observar padrões adequados de urbanidade, ética, respeito, sigilo profissional, atendimento humanizado e conduta compatível com a prestação dos serviços no âmbito do Sistema Único de Saúde – SUS.

5.37.5. Os atendimentos deverão observar condições de acessibilidade, inclusão e respeito às necessidades específicas dos usuários, especialmente crianças, pessoas com deficiência e pacientes com necessidades especiais.

5.37.6. Quando solicitado pela Administração, a credenciada deverá apresentar relatórios, informações complementares e registros de produção relacionados aos atendimentos realizados, observadas as normas aplicáveis e a proteção dos dados sensíveis dos usuários.

5.37.7. A Administração poderá realizar acompanhamento dos atendimentos, auditorias, conferências, diligências e demais mecanismos de controle destinados à verificação da regular execução dos serviços.

5.38. O descumprimento das condições estabelecidas poderá ensejar aplicação das sanções previstas no edital, contrato e legislação aplicável, inclusive advertência, multa, suspensão e descredenciamento.

5.39. A credenciada deverá assegurar a regularidade, continuidade e adequada execução dos atendimentos assumidos, sendo vedada a interrupção injustificada de tratamentos em andamento, abandono terapêutico ou qualquer conduta que comprometa a assistência prestada aos usuários encaminhados pela rede municipal de saúde.

5.40. A organização das agendas, horários, quantitativos de atendimentos e distribuição dos usuários observará os fluxos assistenciais definidos pela Secretaria Municipal de Saúde, podendo sofrer adequações administrativas e operacionais conforme a necessidade do serviço e interesse público.

5.41. A credenciada deverá organizar a execução dos atendimentos de forma a assegurar cumprimento das agendas pactuadas, observando capacidade operacional compatível com a demanda assumida e evitando cancelamentos, remarcações sucessivas ou interrupções indevidas.

5.42. Os serviços deverão ser prestados observando padrões mínimos de qualidade, eficiência, segurança, atendimento humanizado, ética profissional e adequada conduta assistencial, compatíveis com a natureza especializada dos serviços de Fonoaudiologia.

5.43. A credenciada deverá manter comunicação contínua com o gestor e fiscal do contrato, informando imediatamente quaisquer situações capazes de comprometer a execução dos serviços, especialmente:

- a) intercorrências relevantes;
- b) alterações operacionais;
- c) dificuldades na continuidade dos atendimentos;
- d) situações que impactem a capacidade operacional;
- e) irregularidades verificadas durante a execução.

5.43.1. A credenciada deverá atender, sem ônus adicional para a Administração, às solicitações relacionadas a adequações operacionais, reorganização de agendas, ajustes nos fluxos de atendimento ou demais providências necessárias à adequada prestação dos serviços.

5.43.2. Os atendimentos deverão ocorrer em conformidade com os fluxos assistenciais adotados pela rede municipal de saúde, observando critérios técnicos, protocolos internos e organização administrativa estabelecida pela Secretaria Municipal de Saúde.



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACIABA

ESTADO DE MINAS GERAIS

Rua Direita, nº 92, Centro - CEP 35.436-000 - CNPJ 19.382.647/0001-53

Tel.: (31)3893-5130 e-mail: contato@guaraciaba.mg.gov.br



5.43.3. Os profissionais deverão atuar de forma integrada às equipes multiprofissionais da rede municipal, sempre que a natureza da demanda exigir abordagem interdisciplinar, visando assegurar integralidade do cuidado e melhor resposta terapêutica ao usuário.

5.44. Sempre que solicitado pela Administração, a credenciada deverá apresentar relatórios, informações complementares, registros de produção, dados estatísticos e demais documentos relacionados aos atendimentos realizados, observadas as normas profissionais aplicáveis.

5.45. Os atendimentos deverão observar princípios de acolhimento, acessibilidade, inclusão, respeito à diversidade e adequação às necessidades específicas dos usuários, especialmente crianças, pessoas com deficiência e pacientes com necessidades especiais.

5.45.1. Os atendimentos deverão observar tempo mínimo compatível com a adequada execução das atividades terapêuticas propostas, não podendo as sessões individuais possuir duração inferior a **40 (quarenta) minutos**, ressalvadas situações específicas devidamente justificadas em razão da condição clínica, faixa etária ou protocolo terapêutico aplicável.

5.45.2. O intervalo entre atendimentos, frequência semanal e plano terapêutico deverão observar critérios clínicos, avaliação técnica do profissional e diretrizes estabelecidas pela Secretaria Municipal de Saúde.

5.46. Os registros produzidos durante a execução dos serviços deverão observar clareza, rastreabilidade, consistência técnica e adequação às normas profissionais e administrativas aplicáveis.

5.46.1. A credenciada deverá manter registros, evoluções e anotações técnicas dos atendimentos realizados, observadas as normas do Conselho Federal de Fonoaudiologia, protocolos da Secretaria Municipal de Saúde e disposições relativas ao sigilo profissional e proteção de dados pessoais.

5.47. A Administração poderá realizar acompanhamento da execução dos serviços, auditorias, diligências, verificações, inspeções e demais mecanismos de controle destinados à fiscalização da adequada prestação dos atendimentos.

5.47.1. O não comparecimento do usuário à sessão agendada deverá ser formalmente registrado pela credenciada, contendo, sempre que possível, identificação do usuário, data, horário e informação da ausência, observados os protocolos internos adotados pela Secretaria Municipal de Saúde.

5.47.2. As ausências verificadas deverão ser comunicadas à Secretaria Municipal de Saúde, para fins de acompanhamento, remarcação, monitoramento da continuidade terapêutica e adoção das providências administrativas eventualmente cabíveis.

5.47.3. Nos casos de ausências reiteradas, a credenciada deverá comunicar formalmente a Administração para avaliação conjunta quanto à manutenção, reorganização, suspensão ou encerramento do acompanhamento terapêutico, observados os fluxos assistenciais da rede municipal.

5.47.4. Sessões não realizadas exclusivamente em razão do não comparecimento do usuário não gerarão pagamento automático, ficando eventual remuneração condicionada às regras administrativas, critérios de controle adotados pela Secretaria Municipal de Saúde e disposições estabelecidas no edital e instrumento contratual.

5.48. O descumprimento das condições estabelecidas neste item poderá ensejar aplicação das penalidades previstas no edital, termo de credenciamento, contrato e legislação aplicável, inclusive



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACIABA

ESTADO DE MINAS GERAIS

Rua Direita, nº 92, Centro - CEP 35.436-000 - CNPJ 19.382.647/0001-53

Tel.: (31)3893-5130 e-mail: contato@guaraciaba.mg.gov.br



advertência, multa, suspensão temporária de convocações e descredenciamento, observados o contraditório e a ampla defesa.

5.49. Medição e atesto da prestação dos serviços: A medição dos serviços será realizada com base nos atendimentos efetivamente executados pela credenciada, observando os encaminhamentos realizados pela Secretaria Municipal de Saúde, os quantitativos efetivamente prestados, a regularidade da execução, a frequência dos usuários, os registros produzidos e o cumprimento das condições estabelecidas neste Termo de Referência.

5.50. Para fins de comprovação da execução dos serviços, a credenciada deverá apresentar, no prazo estabelecido pela Administração, documentação mínima comprobatória, incluindo:

- a) relação nominal dos usuários atendidos;
- b) identificação do profissional responsável pelos atendimentos;
- c) quantitativo de atendimentos realizados no período;
- d) datas de realização dos atendimentos;
- e) registros administrativos exigidos pela Secretaria Municipal de Saúde;
- f) relatórios, controles ou demais documentos eventualmente definidos pela Administração para acompanhamento e fiscalização.

5.51. Os registros de execução deverão observar clareza, rastreabilidade e compatibilidade com os encaminhamentos realizados pela Secretaria Municipal de Saúde, podendo a Administração solicitar documentos complementares destinados à validação das informações apresentadas.

5.52. A comprovação da execução ficará sujeita à conferência e validação pelo fiscal do contrato ou servidor formalmente designado, mediante atesto administrativo, constituindo condição indispensável ao processamento do pagamento.

5.53. O atesto da execução ficará condicionado à verificação de:

- a) efetiva realização dos atendimentos;
- b) compatibilidade entre os encaminhamentos e a produção apresentada;
- c) regularidade da execução contratual;
- d) observância das condições estabelecidas neste Termo de Referência;
- e) inexistência de irregularidades graves não justificadas;
- f) conformidade entre registros apresentados e serviços executados.

5.54. O pagamento será realizado exclusivamente pelos atendimentos efetivamente executados, regularmente comprovados e devidamente atestados pela Administração, não sendo devido qualquer valor relativo a atendimentos não realizados, inconsistentes, não comprovados ou executados em desacordo com as disposições estabelecidas.

5.55. Nos casos de cancelamentos indevidos, ausências injustificadas, atendimentos não realizados, interrupções irregulares, descumprimento das agendas pactuadas ou inconsistências verificadas na execução, a Administração poderá realizar glosas proporcionais, sem prejuízo da aplicação das demais medidas administrativas cabíveis.

5.56. A Administração poderá recusar o atesto da execução quando constatada irregularidade na prestação dos serviços, insuficiência técnica, inconsistência documental, divergência entre produção apresentada e serviços efetivamente executados ou descumprimento das condições estabelecidas.

5.57. A credenciada deverá emitir a respectiva nota fiscal somente após o atesto da execução dos serviços, observando os dados, orientações e períodos de referência definidos pela Administração.



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACIABA

ESTADO DE MINAS GERAIS

Rua Direita, nº 92, Centro - CEP 35.436-000 - CNPJ 19.382.647/0001-53

Tel.: (31)3893-5130 e-mail: contato@guaraciaba.mg.gov.br



5.58. O pagamento será efetuado no prazo estabelecido no edital e no contrato, contado da apresentação da nota fiscal devidamente atestada, observada a manutenção das condições de regularidade fiscal e trabalhista exigidas.

5.59. A Administração poderá suspender ou reter pagamentos nos casos de pendência documental, irregularidade na execução, inconsistências verificadas nos registros apresentados, necessidade de diligências complementares ou descumprimento contratual, até a devida regularização.

5.60. A sistemática de medição, controle e pagamento deverá assegurar rastreabilidade dos atendimentos executados, vinculação entre encaminhamento, prestação do serviço e atesto administrativo, bem como transparência e adequada gestão dos recursos públicos envolvidos.

5.61. Responsabilidade civil, técnica, ética e administrativa: A credenciada assume integral responsabilidade pela execução dos serviços objeto deste Termo de Referência, respondendo, na forma da legislação civil, administrativa, ética e demais normas aplicáveis, pelos atos, condutas, omissões e resultados decorrentes da atuação dos profissionais por ela disponibilizados.

5.62. A responsabilidade técnica pelos atendimentos fonoaudiológicos realizados é exclusiva do profissional responsável, no regular exercício de suas atribuições, cabendo-lhe a adoção das condutas técnicas adequadas, observadas as normas profissionais aplicáveis, sem prejuízo da responsabilidade da credenciada quanto à adequada seleção, contratação, supervisão e disponibilização dos profissionais.

5.63. A credenciada responderá por danos diretos ou indiretos causados aos usuários, servidores, terceiros ou à Administração, decorrentes de ação, omissão, negligência, imprudência, imperícia, falhas operacionais ou condutas inadequadas relacionadas à execução dos serviços.

5.64. A responsabilidade da credenciada compreende, entre outros aspectos:

- a) falhas na prestação dos atendimentos;
- b) interrupção indevida da continuidade terapêutica;
- c) utilização de profissional sem habilitação regular;
- d) descumprimento de protocolos técnicos;
- e) falhas nos registros obrigatórios;
- f) omissão de informações relevantes relacionadas à execução.

5.65. A credenciada deverá manter controle rigoroso sobre a regularidade profissional dos prestadores disponibilizados, responsabilizando-se pela verificação contínua:

- a) da habilitação profissional;
- b) da regularidade do registro junto ao Conselho Regional de Fonoaudiologia;
- c) da inexistência de impedimentos legais ou éticos;
- d) da aptidão técnica compatível com o objeto contratado.

5.66. A credenciada deverá manter, durante toda a vigência do credenciamento e das contratações dele decorrentes, capacidade operacional suficiente ao atendimento das demandas assumidas.

5.67. A credenciada responderá integralmente pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, civis, comerciais e demais obrigações decorrentes da relação mantida com os profissionais disponibilizados, inexistindo vínculo empregatício entre estes e a Administração Pública.

5.68. Os profissionais deverão atuar em estrita observância:

- a) às normas do Conselho Federal e Conselhos Regionais de Fonoaudiologia;
- b) à legislação sanitária aplicável;
- c) às diretrizes do Sistema Único de Saúde – SUS;
- d) aos protocolos técnicos aplicáveis;



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACIABA

ESTADO DE MINAS GERAIS

Rua Direita, nº 92, Centro - CEP 35.436-000 - CNPJ 19.382.647/0001-53

Tel.: (31)3893-5130 e-mail: contato@guaraciaba.mg.gov.br



e) às orientações expedidas pela Secretaria Municipal de Saúde.

5.69. Vedações: É expressamente vedado à credenciada:

- a) disponibilizar profissional em situação irregular perante o Conselho profissional competente;
- b) indicar profissional sem habilitação compatível;
- c) prestar informações falsas relativas à capacidade operacional;
- d) interromper injustificadamente tratamentos em andamento;
- e) abandonar atendimento iniciado;
- f) omitir informações relevantes à Administração;
- g) substituir profissionais sem observância das regras estabelecidas;
- h) descumprir protocolos técnicos, sanitários ou administrativos;
- i) praticar conduta incompatível com o ambiente institucional ou atendimento ao público.

5.70. A utilização de profissional em situação irregular perante o conselho profissional competente será considerada infração grave, podendo ensejar suspensão imediata da execução, glosa, aplicação de penalidades e instauração de procedimento administrativo.

5.71. A reiteração de condutas irregulares, ausências injustificadas, descumprimento de obrigações, falhas relevantes na execução ou recusas indevidas poderá caracterizar inexecução parcial ou total do objeto.

5.72. A caracterização de infrações deverá ser formalmente registrada pela Administração, assegurados contraditório e ampla defesa.

5.73. A credenciada deverá manter conduta compatível com a natureza do serviço público prestado, sendo exigido padrão de atuação ética, profissional, respeitoso e humanizado.

5.74. A execução dos serviços deverá observar integralmente as disposições deste Termo de Referência, edital, instrumento contratual e legislação aplicável.

5.75. Deverão ser observadas, no que couber, as disposições da Lei nº 14.133/2021, normas sanitárias aplicáveis, diretrizes do SUS e normas expedidas pelos órgãos profissionais competentes.

5.76. A credenciada e os profissionais por ela disponibilizados deverão observar sigilo profissional e proteção das informações obtidas durante a execução dos atendimentos.

5.77. A credenciada declara ciência de que a execução ocorrerá sob demanda, inexistindo garantia de quantitativo mínimo de atendimentos ou exclusividade.

5.78. A participação no credenciamento implica aceitação integral das condições estabelecidas neste Termo de Referência.

5.79. A Administração poderá promover ajustes operacionais na execução dos serviços, desde que não alterem a essência do objeto.

5.80. A execução permanecerá sujeita à fiscalização contínua da Administração.

5.81. A credenciada deverá manter todas as condições de habilitação durante a vigência do credenciamento.

5.82. Eventuais situações excepcionais ou omissas serão analisadas pela Administração conforme a legislação aplicável.

5.83. A interpretação das disposições deste Termo deverá observar os princípios da legalidade, eficiência, continuidade do serviço público e interesse público.



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACIABA

ESTADO DE MINAS GERAIS

Rua Direita, nº 92, Centro - CEP 35.436-000 - CNPJ 19.382.647/0001-53

Tel.: (31)3893-5130 e-mail: contato@guaraciaba.mg.gov.br



5.84. Os casos omissos serão resolvidos pela Administração com fundamento na legislação vigente e normas aplicáveis.

Local e hora da prestação dos serviços

5.85. Os serviços serão prestados de forma presencial, mediante realização de atendimentos fonoaudiológicos especializados, nos locais previamente definidos pela Secretaria Municipal de Saúde, conforme organização administrativa da rede municipal de saúde e necessidades assistenciais verificadas.

5.86. A execução dos serviços poderá ocorrer em unidades de saúde, centros especializados, espaços vinculados à rede municipal, estabelecimentos próprios da Administração ou outros locais formalmente indicados pela Secretaria Municipal de Saúde, observadas as necessidades específicas do serviço.

5.87. Os locais destinados à execução dos serviços poderão sofrer alterações por necessidade administrativa, reorganização dos fluxos assistenciais, ampliação da rede de atendimento ou adequações operacionais, mediante comunicação prévia à credenciada.

5.88. Os atendimentos ocorrerão nos dias, horários, períodos e agendas previamente estabelecidos pela Secretaria Municipal de Saúde, observando os encaminhamentos realizados, a capacidade operacional instalada e as necessidades dos usuários.

5.89. A credenciada deverá assegurar disponibilidade compatível com os horários assumidos, garantindo o cumprimento integral das agendas pactuadas e a regularidade dos atendimentos.

5.90. Os profissionais deverão comparecer aos locais definidos pela Administração nos dias e horários previamente estabelecidos, devidamente identificados, aptos ao início das atividades e observando pontualidade e regularidade na execução dos serviços.

5.91. Os atendimentos poderão ocorrer em dias úteis, em turnos matutinos e vespertinos, ou em outros períodos definidos pela Secretaria Municipal de Saúde, conforme necessidade administrativa e organização dos serviços.

5.92. A Administração poderá, mediante justificativa e observada a viabilidade operacional, promover ajustes de horários, agendas, quantitativos de atendimentos, redistribuição de usuários ou alterações nos locais de prestação dos serviços, comunicando previamente a credenciada.

5.93. Situações excepcionais, supervenientes ou necessidades específicas da rede municipal poderão demandar adequações operacionais temporárias na prestação dos serviços, desde que devidamente justificadas e compatíveis com a adequada execução do objeto.

5.94. A organização das agendas deverá observar, sempre que possível, critérios de continuidade terapêutica, racionalização dos fluxos assistenciais, redução de ausências e melhor aproveitamento da capacidade instalada da rede municipal.

Materiais a serem disponibilizados

5.95. Para a adequada execução dos serviços, a credenciada deverá disponibilizar, às suas expensas, todos os recursos humanos, materiais, terapêuticos, operacionais e administrativos necessários à prestação dos serviços de Fonoaudiologia, não cabendo qualquer ônus adicional à Administração, salvo quando expressamente previsto.

5.96. A credenciada deverá assegurar que os profissionais estejam devidamente equipados com os materiais, instrumentos e recursos necessários à realização das avaliações, acompanhamentos terapêuticos, intervenções e demais procedimentos relacionados ao objeto contratado.



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACIABA

ESTADO DE MINAS GERAIS

Rua Direita, nº 92, Centro - CEP 35.436-000 - CNPJ 19.382.647/0001-53

Tel.: (31)3893-5130 e-mail: contato@guaraciaba.mg.gov.br



5.97. Dentre os materiais necessários à adequada execução dos serviços, poderão ser utilizados, conforme a necessidade do caso concreto e metodologia adotada pelo profissional responsável:

- a) materiais pedagógicos e lúdicos terapêuticos;
- b) jogos educativos e recursos de estimulação cognitiva;
- c) instrumentos auxiliares de avaliação e acompanhamento fonoaudiológico;
- d) materiais de apoio à comunicação, linguagem, fala e motricidade orofacial;
- e) recursos destinados ao desenvolvimento terapêutico individualizado;
- f) equipamentos ou instrumentos complementares eventualmente utilizados na prática profissional.

5.98. Os materiais e recursos utilizados deverão permanecer em adequadas condições de conservação, higiene, segurança e funcionamento, observadas as recomendações técnicas aplicáveis e normas sanitárias vigentes.

5.99. Compete à credenciada fornecer equipamentos de proteção individual – EPIs eventualmente necessários, materiais de uso pessoal do profissional, recursos administrativos e demais itens necessários ao adequado exercício das atividades.

5.100. A responsabilidade pelo fornecimento, manutenção, substituição, reposição e adequado funcionamento dos materiais utilizados será integralmente da credenciada, devendo providenciar imediata substituição em caso de falha, desgaste, inadequação ou insuficiência.

5.101. Os materiais utilizados deverão observar normas sanitárias, diretrizes de biossegurança, boas práticas assistenciais e demais exigências técnicas aplicáveis, sendo vedada a utilização de materiais inadequados, danificados ou incompatíveis com a finalidade terapêutica.

5.102. A credenciada deverá adotar medidas destinadas à segurança dos usuários e profissionais envolvidos, observando protocolos de higiene, prevenção de riscos, utilização adequada dos recursos empregados e demais medidas de biossegurança aplicáveis.

5.103. A Administração poderá verificar, a qualquer tempo, as condições dos materiais utilizados durante a execução dos serviços, podendo solicitar substituição ou adequações quando constatada inadequação técnica, operacional ou sanitária.

5.104. Compete à Administração Municipal disponibilizar condições mínimas necessárias à execução dos serviços, especialmente no que se refere à estrutura física destinada à realização dos atendimentos.

5.105. A Administração deverá disponibilizar ambiente adequado para realização dos atendimentos, observando, sempre que possível:

- a) espaço compatível com a natureza do serviço;
- b) condições mínimas de conforto, segurança e acessibilidade;
- c) mobiliário básico necessário ao atendimento;
- d) iluminação e ventilação adequadas;
- e) ambiente compatível com a preservação da privacidade dos usuários.

5.106. Quando disponível e necessário, a Administração poderá disponibilizar:

- a) mesas, cadeiras e mobiliário básico;
- b) acesso à energia elétrica;
- c) suporte administrativo para organização dos fluxos;
- d) apoio operacional compatível com a dinâmica da unidade de saúde.

5.107. A disponibilização de recursos pela Administração não afasta nem reduz a responsabilidade da credenciada quanto à adequada execução dos serviços e ao cumprimento das obrigações assumidas.



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACIABA

ESTADO DE MINAS GERAIS

Rua Direita, nº 92, Centro - CEP 35.436-000 - CNPJ 19.382.647/0001-53

Tel.: (31)3893-5130 e-mail: contato@guaraciaba.mg.gov.br



5.108. Eventuais limitações estruturais existentes nos locais de atendimento poderão ser previamente informadas à credenciada, cabendo adequação operacional compatível com as condições disponibilizadas pela Administração.

Informações relevantes para execução e formação do preço no credenciamento

5.109. Considerando a natureza do procedimento de credenciamento, não haverá apresentação de proposta comercial individual pelos interessados, uma vez que os valores de remuneração dos serviços serão previamente definidos pela Administração no edital, neste Termo de Referência e demais instrumentos vinculados ao procedimento.

5.110. A participação no credenciamento implica aceitação integral, irrestrita e incondicional dos valores fixados pela Administração, não sendo admitida a apresentação de valores distintos, complementares, condicionados ou qualquer forma de negociação individual por parte das credenciadas.

5.111. Os valores estabelecidos pela Administração deverão ser considerados suficientes para remunerar integralmente a prestação dos serviços contratados, abrangendo todos os custos diretos e indiretos necessários à adequada execução do objeto.

5.112. Para fins de execução contratual, a credenciada deverá considerar em sua composição operacional, administrativa e financeira todos os elementos necessários à adequada prestação dos serviços, incluindo, entre outros:

- a) disponibilização de profissionais devidamente habilitados;
- b) organização interna de agendas e atendimentos;
- c) deslocamento dos profissionais até os locais definidos pela Administração, quando aplicável;
- d) materiais, recursos terapêuticos e instrumentos necessários à execução;
- e) equipamentos de proteção individual eventualmente exigidos;
- f) encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e tributários;
- g) despesas administrativas e operacionais;
- h) custos decorrentes de substituições autorizadas;
- i) demais despesas necessárias ao cumprimento integral do objeto.

5.113. Os valores fixados pela Administração abrangem a totalidade das obrigações decorrentes da execução contratual, não sendo admitida cobrança complementar, extraordinária ou qualquer valor adicional diretamente dos usuários do Sistema Único de Saúde – SUS, da Administração Municipal ou de terceiros vinculados ao atendimento.

5.114. É expressamente vedada a cobrança de valores adicionais, taxas, complementações, diferenças financeiras, pagamentos particulares ou quaisquer encargos relacionados aos atendimentos realizados no âmbito do objeto contratado.

5.114.1. É expressamente vedado à credenciada exigir, solicitar ou receber dos usuários do SUS quaisquer pagamentos, complementações financeiras, taxas, contribuições ou valores relacionados aos atendimentos realizados no âmbito desta contratação.

5.115. A execução dos serviços ocorrerá sob demanda, conforme encaminhamentos e necessidades identificadas pela Secretaria Municipal de Saúde, inexistindo garantia de quantitativo mínimo de atendimentos, exclusividade ou obrigação de distribuição uniforme entre os credenciados.

5.116. A credenciada deverá avaliar previamente sua capacidade técnica, operacional e estrutura de atendimento, não sendo admitida alegação posterior de insuficiência de profissionais, incompatibilidade operacional, inadequação da estrutura ou discordância em relação aos valores previamente fixados.



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACIABA

ESTADO DE MINAS GERAIS

Rua Direita, nº 92, Centro - CEP 35.436-000 - CNPJ 19.382.647/0001-53

Tel.: (31)3893-5130 e-mail: contato@guaraciaba.mg.gov.br



5.117. O ingresso no credenciamento implica reconhecimento de que a credenciada possui capacidade operacional compatível com a execução das demandas assumidas, responsabilizando-se pelo adequado cumprimento das obrigações decorrentes da convocação aceita.

5.118. A eventual ampliação, redução ou oscilação da demanda assistencial não implicará revisão automática dos valores estabelecidos, devendo ser observadas as condições originalmente fixadas, ressalvadas as hipóteses legalmente admitidas de revisão ou reequilíbrio econômico-financeiro.

5.119. A remuneração dos serviços ficará vinculada exclusivamente aos atendimentos efetivamente realizados, regularmente comprovados e devidamente atestados pela Administração, observadas as condições previstas neste Termo de Referência.

5.120. A realização de atendimentos em períodos anteriores, o volume de demandas eventualmente encaminhadas ou a frequência de convocações não geram à credenciada qualquer direito adquirido à manutenção de quantitativos, preferência futura, continuidade automática dos encaminhamentos ou expectativa de recebimento de demandas específicas, permanecendo a execução condicionada às necessidades da Administração, aos critérios objetivos de distribuição estabelecidos neste Termo de Referência e ao interesse público.

Especificação da garantia do serviço

5.121. Os serviços deverão ser prestados em conformidade com padrões técnicos, éticos, sanitários e assistenciais aplicáveis à atividade de Fonoaudiologia, assegurando qualidade, regularidade, segurança, continuidade terapêutica e observância das normas vigentes.

5.122. A credenciada será integralmente responsável pela qualidade dos serviços executados, devendo assegurar que os atendimentos sejam realizados de forma diligente, eficiente, humanizada e compatível com as boas práticas profissionais e protocolos técnicos aplicáveis.

5.123. Os serviços executados deverão observar critérios mínimos de qualidade relacionados à pontualidade, regularidade dos atendimentos, continuidade terapêutica, adequada condução técnica dos procedimentos, organização dos registros e satisfação das necessidades assistenciais dos usuários.

5.124. Verificada falha operacional, inadequação técnica, deficiência na execução, descumprimento das condições estabelecidas ou qualquer situação capaz de comprometer a adequada prestação dos serviços, a credenciada deverá adotar imediatamente as providências necessárias à regularização da ocorrência.

5.125. A Administração poderá determinar medidas corretivas destinadas ao adequado cumprimento do objeto, incluindo:

- a) adequação de fluxos de atendimento;
- b) correção de procedimentos inadequados;
- c) complementação de informações e registros;
- d) substituição de profissionais;
- e) ajustes operacionais relacionados à execução.

5.126. A constatação de falhas na prestação dos serviços poderá ensejar:

- a) registro formal de ocorrência;
- b) glosa de valores;
- c) determinação de correções;
- d) avaliação negativa de desempenho;
- e) aplicação das sanções administrativas cabíveis.



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACIABA

ESTADO DE MINAS GERAIS

Rua Direita, nº 92, Centro - CEP 35.436-000 - CNPJ 19.382.647/0001-53

Tel.: (31)3893-5130 e-mail: contato@guaraciaba.mg.gov.br



5.127. A responsabilidade pela qualidade dos serviços não se limita ao momento da execução do atendimento, abrangendo eventuais consequências decorrentes da atuação profissional, observadas as normas civis, éticas, sanitárias e administrativas aplicáveis.

5.128. A credenciada deverá adotar mecanismos internos destinados ao acompanhamento da qualidade dos serviços, supervisão dos profissionais e prevenção de falhas relacionadas à execução contratual.

5.129. Sempre que solicitado pela Administração, a credenciada deverá prestar esclarecimentos, apresentar informações complementares ou adotar medidas destinadas ao aprimoramento da qualidade assistencial.

5.130. Não se aplica à presente contratação garantia nos moldes previstos para fornecimento de bens, aplicando-se à execução dos serviços regime próprio de responsabilidade técnica, profissional e assistencial inerente à natureza do objeto contratado.

5.131. A garantia da adequada prestação dos serviços compreenderá, ainda, a manutenção das condições técnicas, profissionais e operacionais assumidas pela credenciada durante toda a execução contratual.

Procedimentos de transição e finalização do contrato

5.132. Os procedimentos de transição, desmobilização e encerramento das contratações decorrentes do credenciamento deverão ocorrer de forma planejada, gradual, documentada e coordenada pela Administração, observando-se a necessidade de preservação da continuidade terapêutica, a adequada finalização dos atendimentos e a proteção dos interesses dos usuários da rede municipal de saúde.

5.133. No encerramento de cada demanda, ciclo terapêutico ou período de atendimento, a credenciada deverá assegurar adequada conclusão das atividades executadas, incluindo, quando aplicável:

- a) registro da evolução do usuário;
- b) orientações relacionadas à continuidade do acompanhamento;
- c) emissão de relatórios ou informações técnicas quando exigidos;
- d) comunicação de intercorrências relevantes;
- e) encaminhamentos eventualmente necessários;
- f) demais procedimentos definidos pela Secretaria Municipal de Saúde.

5.134. A credenciada deverá disponibilizar à Administração, sempre que solicitado, informações, registros administrativos e documentos relacionados à execução dos serviços, observadas as disposições relativas ao sigilo profissional, proteção de dados pessoais e normas aplicáveis.

5.135. No encerramento da vigência contratual, do Termo de Credenciamento ou da atuação decorrente de convocação específica, a credenciada deverá:

- a) concluir atendimentos em andamento, quando solicitado pela Administração e tecnicamente viável;
- b) prestar informações necessárias à continuidade assistencial dos usuários;
- c) disponibilizar registros e documentos exigidos pela Administração;
- d) cooperar com procedimentos de transição operacional eventualmente necessários;
- e) adotar medidas destinadas a evitar descontinuidade abrupta dos atendimentos.

5.136. A interrupção ou encerramento da prestação dos serviços não poderá ocasionar prejuízos indevidos aos usuários em acompanhamento, devendo a credenciada adotar medidas razoáveis destinadas à preservação da continuidade assistencial e terapêutica.



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACIABA

ESTADO DE MINAS GERAIS

Rua Direita, nº 92, Centro - CEP 35.436-000 - CNPJ 19.382.647/0001-53

Tel.: (31)3893-5130 e-mail: contato@guaraciaba.mg.gov.br



5.137. Sempre que possível e tecnicamente aplicável, deverá ser observada transição assistencial organizada, especialmente nos casos de usuários em acompanhamento terapêutico continuado, visando reduzir impactos decorrentes de substituições ou encerramentos.

5.138. Fica vedada qualquer conduta que dificulte, impeça ou prejudique a continuidade dos serviços pela Administração ou por outros prestadores regularmente habilitados, incluindo retenção indevida de informações, omissão de dados relevantes ou criação de obstáculos à adequada transição.

5.139. O encerramento da relação contratual não afasta a responsabilidade da credenciada pelos atos praticados durante a execução dos serviços, permanecendo aplicáveis as disposições relativas às responsabilidades civil, ética, técnica e administrativa.

5.140. A Administração poderá estabelecer procedimentos complementares destinados à organização da transição, encerramento e continuidade dos serviços, visando assegurar segurança assistencial, eficiência administrativa e adequada prestação dos atendimentos.

5.141. Proteção de dados, sigilo profissional e confidencialidade: A credenciada e os profissionais por ela disponibilizados deverão cumprir integralmente a Lei nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), quanto a todos os dados pessoais, dados sensíveis, informações clínicas e demais informações a que tenham acesso em razão da execução dos serviços, observando também as normas éticas e profissionais aplicáveis à atividade de Fonoaudiologia.

5.141.1. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso, diretamente relacionadas à prestação da assistência, fiscalização contratual e cumprimento de obrigações legais, observados os princípios da boa-fé, finalidade, adequação, necessidade e segurança previstos no art. 6º da LGPD.

5.141.2. É vedado o compartilhamento, divulgação, reprodução, disponibilização ou utilização de dados e informações obtidos durante a execução contratual fora das hipóteses legalmente autorizadas ou sem prévia autorização da Administração, ressalvadas obrigações legais, judiciais ou regulatórias.

5.141.3. A credenciada deverá adotar medidas técnicas, administrativas e operacionais aptas a proteger os dados tratados contra acessos não autorizados, perda, alteração, destruição, vazamentos, divulgação indevida ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito.

5.141.4. A credenciada deverá orientar, capacitar e exigir de seus empregados, colaboradores, profissionais vinculados, subcontratados e terceiros eventualmente envolvidos na execução do objeto o cumprimento das obrigações relacionadas à proteção de dados, sigilo profissional, confidencialidade e ética profissional, permanecendo integralmente responsável pelos atos praticados.

5.141.5. A Administração poderá realizar diligências destinadas à verificação do cumprimento das obrigações relacionadas à proteção de dados pessoais, devendo a credenciada prestar prontamente as informações e esclarecimentos eventualmente solicitados.

5.141.6. A credenciada deverá comunicar imediatamente à Administração a ocorrência de incidentes de segurança, acessos indevidos, vazamentos, perda de dados ou quaisquer situações que possam acarretar comprometimento da confidencialidade, integridade ou segurança das informações tratadas no âmbito da execução contratual.

5.141.7. Os registros, prontuários, relatórios, evoluções terapêuticas, laudos e demais documentos produzidos ou acessados durante a execução dos serviços deverão ser mantidos em ambiente seguro e controlado, assegurando rastreabilidade, integridade e preservação das informações.



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACIABA

ESTADO DE MINAS GERAIS

Rua Direita, nº 92, Centro - CEP 35.436-000 - CNPJ 19.382.647/0001-53

Tel.: (31)3893-5130 e-mail: contato@guaraciaba.mg.gov.br



5.141.8. Encerrada a execução contratual, a credenciada deverá observar as regras legais relativas à guarda, conservação, eliminação e tratamento das informações obtidas, nos termos dos arts. 15 e 16 da Lei nº 13.709/2018 e demais normas aplicáveis.

5.141.9. O tratamento de dados pessoais realizado no âmbito da execução contratual permanecerá sujeito às orientações, recomendações e determinações eventualmente expedidas pela Autoridade Nacional de Proteção de Dados – ANPD ou pelos órgãos de controle competentes.

5.141.10. O descumprimento das obrigações relacionadas à proteção de dados, sigilo profissional e confidencialidade poderá ensejar aplicação das penalidades previstas neste Termo de Referência, sem prejuízo das responsabilidades civis, administrativas, éticas e legais cabíveis.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar o preposto da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do Contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Preposto

6.6. A contratada deverá designar formalmente um preposto responsável pela interlocução com a Administração, antes do início da prestação dos serviços, especificando no instrumento de designação os poderes e deveres atribuídos em relação à execução contratual.

6.7. A contratada deverá manter o preposto designado disponível para acompanhamento da execução dos serviços, seja de forma presencial, nos períodos previamente acordados, ou por meios de comunicação adequados, sempre que solicitado pela Administração.

6.8. A Administração poderá recusar, de forma fundamentada, a indicação ou a manutenção do preposto designado, hipótese em que a contratada deverá proceder à imediata substituição, sem prejuízo da regular execução do contrato.

Rotinas de Fiscalização

6.9. A fiscalização da execução contratual será exercida por representante designado pela Secretaria Municipal de Administração e Planejamento, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021, cabendo-lhe acompanhar e registrar as ocorrências relacionadas à execução do objeto, bem como adotar as providências necessárias para a fiel observância das condições avençadas.



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACIABA

ESTADO DE MINAS GERAIS

Rua Direita, nº 92, Centro - CEP 35.436-000 - CNPJ 19.382.647/0001-53

Tel.: (31)3893-5130 e-mail: contato@guaraciaba.mg.gov.br



6.10. Para fins desta contratação, fica designada como fiscal do contrato o servidor **Mateus Cesário Almeida**, que atuará como responsável pelo acompanhamento e fiscalização dos serviços.

6.11. Contato da fiscal do contrato: convenios@guaraciaba.mg.gov.br

Fiscalização Técnica

6.12. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.13. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.14. Identificada qualquer inexistência ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.15. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.16. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.17. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

6.18. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

Fiscalização Administrativa

6.19. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.20. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.21. Cabe ao gestor do contrato:

- a) Coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.
- b) Acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACIABA

ESTADO DE MINAS GERAIS

Rua Direita, nº 92, Centro - CEP 35.436-000 - CNPJ 19.382.647/0001-53

Tel.: (31)3893-5130 e-mail: contato@guaraciaba.mg.gov.br



- c) Acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.
- d) Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.
- e) Tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.
- f) Elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.
- g) Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, com a indicação expressa de que o valor da Nota Fiscal emitida pela contratada confere com o valor dimensionado pela fiscalização e gestão no recebimento definitivo do serviço.

6.21.1 Receber e dar encaminhamento imediato:

- a) Às denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho, conforme o art. 2º, inciso III, do Decreto n.º 12.174/2024;
- b) À notificação formal de que a empresa contratada está descumprindo suas obrigações trabalhistas, enviada pelo trabalhador, sindicato, Ministério do Trabalho, Ministério Público, Defensoria Pública ou por qualquer outro meio idôneo.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

7.1. O pagamento será efetuado de forma mensal, condicionado à comprovação da execução dos serviços, mediante apresentação de **Relatório de Atividades Executadas**, assinado pelo profissional responsável e devidamente validado pela Fiscal do Contrato.

7.2. O relatório deverá detalhar as atividades desenvolvidas, os resultados alcançados, as dificuldades encontradas e as recomendações apresentadas, devendo estar em conformidade com o Termo de Referência e a Proposta da Contratada.

7.3. A execução do objeto será avaliada pela Administração quanto à qualidade técnica, ao cumprimento de prazos e à aderência às rotinas estabelecidas, como condição para a aprovação do relatório e consequente liberação do pagamento.

7.4. Somente serão aceitos relatórios que demonstrem o cumprimento integral das obrigações contratuais do período, podendo a Administração solicitar ajustes ou complementações antes de atestar a medição.

7.5. Após a validação pela Fiscal do Contrato, o pagamento será processado no prazo estabelecido pela legislação vigente e pelas normas financeiras municipais.

7.6. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que o Contratado:

- a) Não produziu os resultados acordados,
- b) Deixou de executar, ou não executou com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACIABA

ESTADO DE MINAS GERAIS

Rua Direita, nº 92, Centro - CEP 35.436-000 - CNPJ 19.382.647/0001-53

Tel.: (31)3893-5130 e-mail: contato@guaraciaba.mg.gov.br



- c) Deixou de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou os utilizou com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

Recebimento

7.7. Os serviços serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante atesto da Fiscal do Contrato no Relatório de Atividades Executadas, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.

7.8. O prazo para recebimento provisório será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do Contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se refere a parcela a ser paga.

7.9. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.

7.10. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.

7.11. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.12. Para efeito de recebimento provisório, será considerado, para fins de faturamento, o período mensal correspondente à apresentação e validação do Relatório de Atividades Executadas, devidamente atestado pela Fiscal do Contrato.

7.13. Ao final de cada período/evento de faturamento:

- a) O fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato;

7.14. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

7.15. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

7.16. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

7.17. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.18. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.19. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de **05 (cinco) dias**, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACIABA

ESTADO DE MINAS GERAIS

Rua Direita, nº 92, Centro - CEP 35.436-000 - CNPJ 19.382.647/0001-53

Tel.: (31)3893-5130 e-mail: contato@guaraciaba.mg.gov.br



verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

- a) Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento.
- b) Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando ao Contratado, por escrito, as respectivas correções;
- c) Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e
- d) Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.
- e) Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.20. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.21. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo Contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.22. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.23. Recebida a nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, o prazo para fins de liquidação será de até **10 (dez) dias úteis**, prorrogáveis, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para verificação do cumprimento das exigências contratuais.

7.24. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021

7.25. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) O prazo de validade;
- b) A data da emissão;
- c) Os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) O período respectivo de execução do contrato;
- e) O valor a pagar; e
- f) Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.26. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, está ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

7.27. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACIABA

ESTADO DE MINAS GERAIS

Rua Direita, nº 92, Centro - CEP 35.436-000 - CNPJ 19.382.647/0001-53

Tel.: (31)3893-5130 e-mail: contato@guaraciaba.mg.gov.br



ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.28. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

- a) Verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;
- b) Identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.29. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

7.30. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.31. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

7.32. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.33. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior.

7.34. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice **IPCA** - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo de correção monetária.

Forma de pagamento

7.35. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

7.36. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.37. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

- a) Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.38. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACIABA

ESTADO DE MINAS GERAIS

Rua Direita, nº 92, Centro - CEP 35.436-000 - CNPJ 19.382.647/0001-53

Tel.: (31)3893-5130 e-mail: contato@guaraciaba.mg.gov.br



Antecipação de pagamento

7.39. Não será permitida a antecipação de pagamento, ainda que parcial, sendo o adimplemento condicionado ao efetivo cumprimento das obrigações contratuais, nos termos e prazos estabelecidos neste Termo de Referência e demais documentos que integram o processo de contratação.

Reajuste

7.40. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do **IPCA** - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.41. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.42. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

7.43. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

7.44. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.45. O reajuste será realizado por apostilamento.

Cessão de Crédito

7.46. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.

7.47. A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.48. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

7.49. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

7.50. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACIABA

ESTADO DE MINAS GERAIS

Rua Direita, nº 92, Centro - CEP 35.436-000 - CNPJ 19.382.647/0001-53

Tel.: (31)3893-5130 e-mail: contato@guaraciaba.mg.gov.br



7.51. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. Os prestadores de serviços serão selecionados por meio de procedimento de credenciamento, caracterizado como hipótese de inexigibilidade de licitação, nos termos do art. 74, inciso IV, c/c art. 79, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, por se tratar de contratação em que é viável e conveniente à Administração a contratação simultânea de todos os interessados que atendam às condições estabelecidas.

Regime de Execução

8.2. O regime de execução do objeto será sob demanda, mediante encaminhamentos e convocações realizados pela Secretaria Municipal de Saúde, conforme necessidade administrativa previamente identificada, disponibilidade assistencial da rede municipal e critérios estabelecidos neste Termo de Referência, inexistindo garantia de quantitativo mínimo de atendimentos, exclusividade ou distribuição uniforme entre as credenciadas.

8.3. A execução dos serviços consistirá na prestação de atendimentos especializados em Fonoaudiologia destinados aos usuários do Sistema Único de Saúde – SUS, abrangendo avaliações, acompanhamentos terapêuticos, intervenções, reavaliações, orientações e demais procedimentos relacionados à fala, linguagem, comunicação, audição, motricidade orofacial, deglutição e condições correlatas.

8.4. A distribuição das demandas entre as credenciadas observará os critérios objetivos previamente estabelecidos neste Termo de Referência, especialmente sistema de sorteio para formação da ordem inicial e posterior rodízio entre os credenciados, sem exclusividade, admitidas excepcionalidades formalmente justificadas pela Administração, especialmente em situações relacionadas à continuidade terapêutica do usuário ou peculiaridades da demanda assistencial.

8.5. A remuneração dos serviços será realizada com base nos valores previamente fixados pela Administração no edital e neste Termo de Referência, considerando exclusivamente os atendimentos efetivamente executados, regularmente comprovados e devidamente atestados.

8.6. Os valores estabelecidos deverão abranger todos os custos diretos e indiretos necessários à execução dos serviços, incluindo:

- a) disponibilização dos profissionais habilitados;
- b) organização administrativa e operacional;
- c) deslocamentos eventualmente necessários;
- d) materiais, recursos terapêuticos e instrumentos utilizados;
- e) encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e tributários;
- f) despesas administrativas e operacionais;
- g) substituições autorizadas;
- h) demais custos necessários ao integral cumprimento do objeto.

8.7. Não serão admitidas cobranças adicionais à Administração, aos usuários do Sistema Único de Saúde – SUS ou a terceiros, sob qualquer título, ressalvadas hipóteses legalmente previstas e previamente autorizadas.



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACIABA

ESTADO DE MINAS GERAIS

Rua Direita, nº 92, Centro - CEP 35.436-000 - CNPJ 19.382.647/0001-53

Tel.: (31)3893-5130 e-mail: contato@guaraciaba.mg.gov.br



8.8. A execução ocorrerá conforme demanda efetivamente existente e encaminhamentos realizados pela Secretaria Municipal de Saúde, podendo sofrer variações quantitativas decorrentes das necessidades assistenciais da rede municipal.

8.9. Cada convocação realizada pela Administração constituirá unidade específica de execução, devendo a credenciada observar integralmente as condições relacionadas a quantitativos, agendas, horários, locais de atendimento, profissionais indicados e demais orientações administrativas estabelecidas.

8.10. A execução dos serviços deverá observar critérios de continuidade terapêutica, integralidade da assistência, eficiência administrativa e adequada organização dos fluxos assistenciais adotados pela rede municipal de saúde.

Exigências de habilitação

8.11. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

- a) Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- b) Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;
- c) Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- d) Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.
- e) Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.
- f) Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;
- g) Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ, em situação ativa, compatível com a natureza da atividade exercida;
 - a.1) O interessado deverá possuir atividade econômica compatível com o objeto do credenciamento, comprovada por meio do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ, CNAE – Classificação Nacional de Atividades Econômicas e demais documentos societários eventualmente apresentados, devendo guardar pertinência com a prestação de serviços de Fonoaudiologia ou atividades correlatas compatíveis com o objeto contratado.
 - a.2) A constatação de incompatibilidade manifesta entre a atividade econômica exercida e o objeto pretendido poderá ensejar diligência para esclarecimentos ou, quando não sanada,



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACIABA

ESTADO DE MINAS GERAIS

Rua Direita, nº 92, Centro - CEP 35.436-000 - CNPJ 19.382.647/0001-53

Tel.: (31)3893-5130 e-mail: contato@guaraciaba.mg.gov.br



inabilitação do interessado, observados os princípios do formalismo moderado e da busca da verdade material.

- b) Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- c) Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- d) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- e) Prova de regularidade com a Fazenda Distrital ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.12. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.13. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

- a) Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de sociedade simples;
- b) Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

8.14. Não será exigida a apresentação de balanço patrimonial como requisito de habilitação econômico-financeira, considerando a natureza do objeto, consistente na prestação de serviços especializados de Fonoaudiologia, sob demanda, mediante credenciamento, cuja execução não demanda investimentos iniciais de grande vulto, estrutura econômico-financeira complexa ou mobilização patrimonial significativa por parte dos interessados.

8.15. A execução do objeto fundamenta-se predominantemente na disponibilização de profissionais habilitados e regularmente inscritos no respectivo conselho profissional, não envolvendo fornecimento de bens, aquisição de equipamentos de elevado valor, implantação de infraestrutura complexa ou assunção de riscos financeiros extraordinários capazes de justificar exigências econômico-financeiras mais restritivas.

8.16. Ademais, considerando tratar-se de procedimento auxiliar de credenciamento, estruturado em modelo paralelo, não excludente e sob demanda, com remuneração vinculada exclusivamente aos atendimentos efetivamente realizados, comprovados e posteriormente atestados pela Administração, mostra-se suficiente, para resguardar o interesse público, a análise das condições relativas à habilitação jurídica, regularidade fiscal, trabalhista e qualificação técnica.

8.17. A não exigência de balanço patrimonial observa os princípios da razoabilidade, proporcionalidade, competitividade, formalismo moderado e ampliação do acesso às contratações públicas, evitando imposição de exigências excessivas ou barreiras desnecessárias à participação de interessados aptos à adequada execução do objeto.



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACIABA

ESTADO DE MINAS GERAIS

Rua Direita, nº 92, Centro - CEP 35.436-000 - CNPJ 19.382.647/0001-53

Tel.: (31)3893-5130 e-mail: contato@guaraciaba.mg.gov.br



8.18. Permanecem resguardados os mecanismos administrativos de fiscalização, acompanhamento da execução e verificação da capacidade operacional das credenciadas, podendo a Administração, quando necessário e mediante justificativa, promover diligências destinadas à confirmação das condições efetivas de execução do objeto.

Qualificação Técnica

Qualificação Técnico-Operacional

8.19. A comprovação de aptidão para execução dos serviços será realizada mediante apresentação de atestado(s) de capacidade técnica emitido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que comprovem a execução satisfatória de serviços compatíveis com o objeto deste credenciamento, especialmente relacionados à prestação de serviços de Fonoaudiologia, atendimentos terapêuticos especializados, avaliações, acompanhamentos clínicos ou atividades correlatas compatíveis com a natureza da contratação.

8.20. Para fins de comprovação da capacidade técnico-operacional, os atestados apresentados deverão:

- descrever de forma clara os serviços executados, demonstrando compatibilidade com o objeto pretendido;
- indicar que os serviços foram executados satisfatoriamente;
- conter identificação do contratante emissor;
- indicar, sempre que possível, período de execução, quantitativos ou demais elementos aptos a demonstrar experiência compatível.

8.21. Será admitida a apresentação de um ou mais atestados, podendo estes ser somados para fins de comprovação da capacidade técnico-operacional, desde que, em conjunto, demonstrem experiência compatível com a execução do objeto.

8.22. Os atestados poderão ser apresentados em nome da matriz ou filial, desde que demonstrada vinculação jurídica e pertinência com o objeto do credenciamento.

8.23. A Administração poderá promover diligências destinadas à verificação da autenticidade e veracidade das informações constantes nos atestados apresentados, podendo solicitar documentos complementares, inclusive contratos, notas fiscais, declarações, certidões, instrumentos contratuais ou quaisquer outros documentos necessários ao adequado esclarecimento.

8.24. A credenciada deverá comprovar que dispõe, ou que disporá no momento da execução dos serviços, de profissional(is) devidamente habilitado(s), com:

- diploma de curso superior em Fonoaudiologia reconhecido pelo MEC;
- registro ativo e regular junto ao Conselho Regional de Fonoaudiologia – CREFONO;
- aptidão técnica compatível com o objeto contratado.

8.22.1. A aptidão técnica poderá ser demonstrada por meio de documentos que evidenciem experiência profissional anterior, atuação em serviços correlatos, vínculos profissionais, contratos de prestação de serviços, declarações, currículos profissionais ou outros meios idôneos capazes de demonstrar experiência compatível com a natureza dos serviços.

8.22.2. A credenciada deverá apresentar comprovação de inscrição e regularidade no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde – CNES, quando exigível em razão da forma de execução dos serviços, observadas as normas aplicáveis ao Sistema Único de Saúde – SUS e orientações da Secretaria Municipal de Saúde.



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACIABA

ESTADO DE MINAS GERAIS

Rua Direita, nº 92, Centro - CEP 35.436-000 - CNPJ 19.382.647/0001-53

Tel.: (31)3893-5130 e-mail: contato@guaraciaba.mg.gov.br



8.25. A comprovação da qualificação dos profissionais e da regularidade do estabelecimento será exigida no momento da convocação para execução dos serviços, mediante apresentação da documentação pertinente, de modo a assegurar que os profissionais efetivamente disponibilizados possuam habilitação compatível com a demanda específica.

8.25.1. A não exigência integral da documentação técnico-profissional na fase inicial do credenciamento justifica-se pela natureza dinâmica do procedimento, evitando restrições indevidas à competitividade e permitindo adequada organização operacional dos interessados.

8.25.2. A exigência da documentação no momento da efetiva convocação visa assegurar que os profissionais disponibilizados possuam qualificação adequada, sem impor exigências excessivas antes da efetiva necessidade administrativa.

Disposições gerais sobre habilitação

8.26. Quando permitida a participação na licitação/contratação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

8.27. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

8.28. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

8.29. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

8.30. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O custo estimado total da contratação, que é o máximo aceitável, é de **R\$107.889,20 (cento e sete mil oitocentos e noventa e nove reais e vinte centavos)**, conforme custos unitários apostos na tabela contida no item 1.1 acima.

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município.

10.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

02 06 03 – 10.122.0001.2046.0000 – 33 90 34 – Ficha 340

02 06 03 – 10.301.0011.20257.0000 - 33 90 34 – Ficha 293

02 06 03 – 10.301.0001.2149.0000 – 33 90 34 – Ficha 282

10.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACIABA

ESTADO DE MINAS GERAIS

Rua Direita, nº 92, Centro - CEP 35.436-000 - CNPJ 19.382.647/0001-53

Tel.: (31)3893-5130 e-mail: contato@guaraciaba.mg.gov.br



11. DISPOSIÇÕES FINAIS

11.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

Guaraciaba/MG, 27 de maio de 2026.

Cinta Gomes Ferreira
Secretária Municipal de Saúde